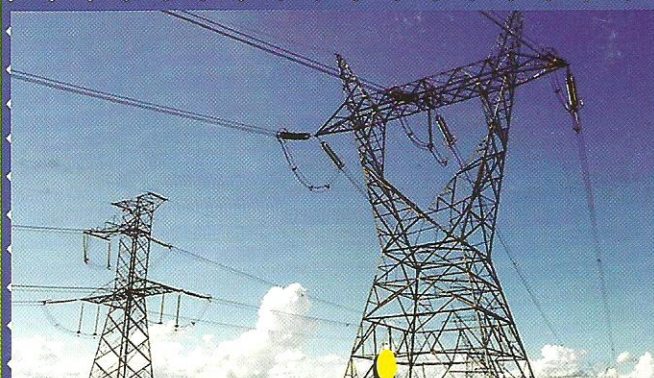
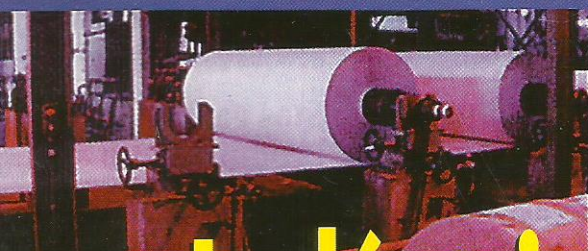
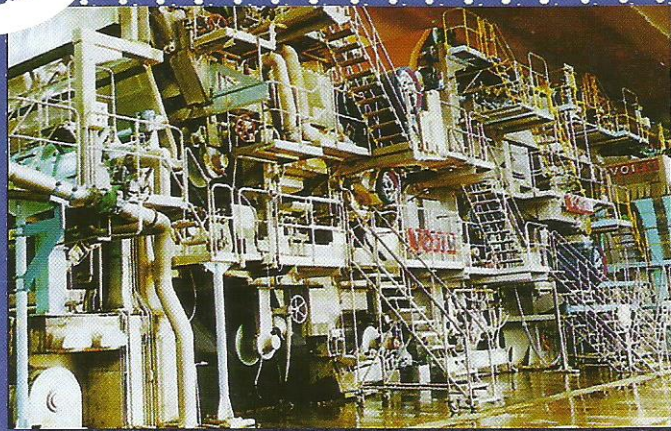
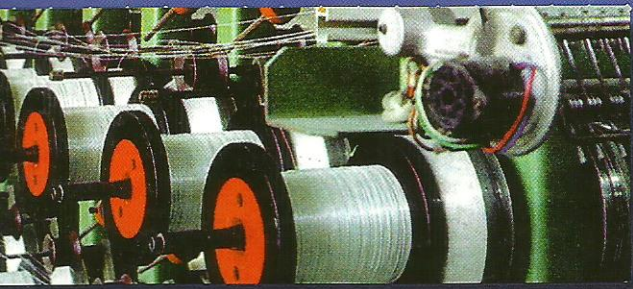


ANO XIV Nº 58 - 1997

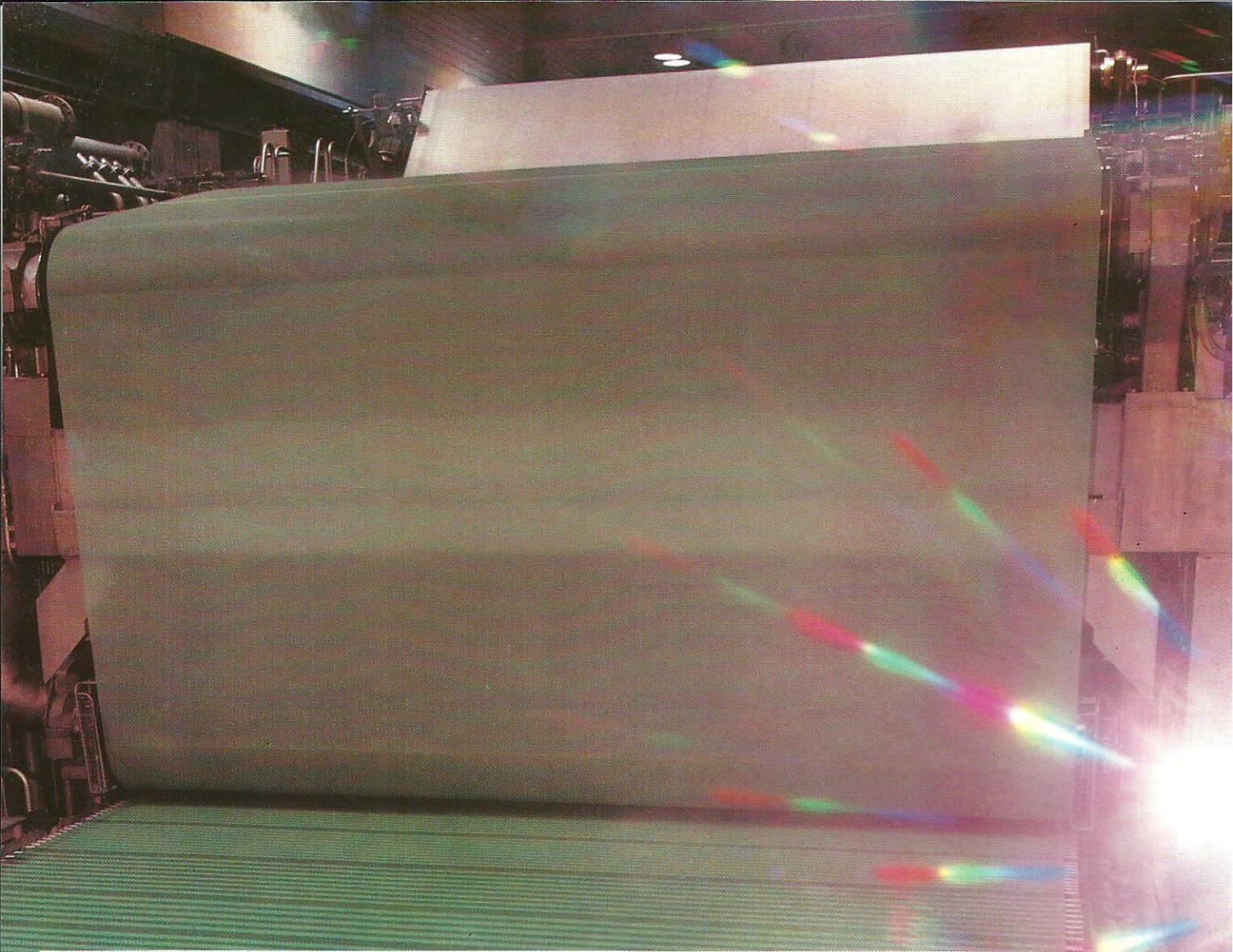
ISSN 0102-5279

ENTREVISTA
SÉRGIO ANTONIO
GARCIA AMOROSO

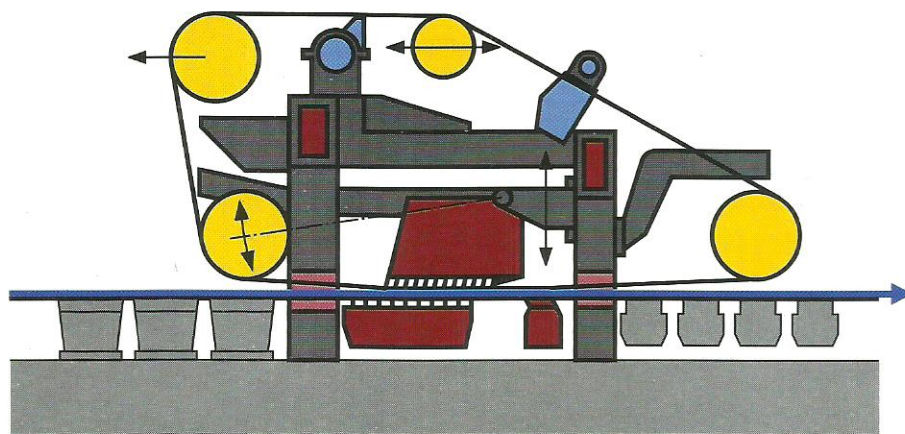
CELULOSE & PAPEL



Indústria busca maior competitividade



Duoformer D, a qualidade comprovada



O Duoformer D é o melhor equipamento para a formação de quase todos os tipos de papel. Prova disso é que 4 deles já estão em operação com resultados surpreendentes em máquinas de nossos clientes, duas para papel especial, uma para papel gráfico e outra para papel jornal. Além disso, mais 3 Duoformers já foram encomendados e entrarão em operação neste ano de 1997.

Atualmente, existem 70 Duoformers em operação mundialmente, o que comprova a qualidade e a eficiência na formação da folha que somente a tecnologia Voith Sulzer pode lhe proporcionar.

A integração das Américas

Osmar Elias Zogbi*



“A integração americana é sem dúvida um objetivo sonhado e perseguido há séculos. No entanto, sempre foi postergado por uma visão imediatista dos que, conjuntamente, possuem a economia mais forte”.

É certamente mais do que desejável a integração comercial das Américas. Para nós, brasileiros, o exemplo, até agora de sucesso do Mercosul, revela a correção dessas estratégias. No entanto, organizar um bloco comercial com gigantes do comércio internacional e, particularmente, com os Estados Unidos, que voltaram a ter considerada a própria economia como a mais competitiva do planeta, é decididamente uma missão das mais difíceis e que se mal negociada trará danos irreparáveis para a nossa economia.

Isso significa que se deve caminhar para a criação da Alca, mas com gradualismo. Como afirmou o presidente Fernando Henrique Cardoso, “não devemos ter pressa para avançar” e que questão da integração das Américas não pode se restringir apenas a uma questão meramente comercial, que atenda a interesses “daqueles que buscam negócios imediatos”.

As palavras do presidente merecem apoio de todos nós, porque refletem a preocupação de todos os empresários com a criação dessa zona de livre comércio, que queremos, mas para a qual devemos contribuir com prudência e perfeita definição de interesses.

De forma geral, a posição defendida pelo presidente do Brasil, por ser majoritária entre os países americanos, tende a se tornar a guia de negociação dos países situados abaixo do Rio Grande, a exceção do México, que se perfila com os Estados Unidos e Canadá, como integrantes do Nafta.

Isso deve significar que, ao lado de trabalharmos sinceramen-



te para a criação da Alca, devemos ampliar a abrangência do Mercosul, procurando estendê-lo a outros parceiros regionais.

O continente americano contém um potencial econômico incomensurável. No entanto, detém também a maior realidade de desigualdades, com algumas, muito poucas, economias pujantes e outras absolutamente miseráveis. Em meio a esses contrastes existem outros internos aos próprios países, como é no caso do Brasil.

Essa questão tem reflexos importantes no problema da integração. Se ela não for promovida dentro de uma vi-

são apenas mercantilista, corremos o risco de vermos os mais desenvolvidos sobrepujando os que ainda não têm condições de enfrentar as vicissitudes naturais de um processo integracionista.

A integração americana é sem dúvida um objetivo sonhado e perseguido há séculos. No entanto, sempre foi postergado por uma visão imediatista dos que, conjuntamente, possuem a economia mais forte.

É a essa mudança de mentalidade, que inicialmente deve se proceder, para depois podermos iniciar um processo de entendimento que consubstancie uma visão abrangente do processo integracionista, sem o risco de refletir hegemonias, sob pena de não se efetivar na prática e de perdermos um bom momento de promover a união das Américas.

* Osmar Elias Zogbi é presidente da ANFPC - Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose.

CELULOSE PAPEL

Ano XIV - JUNHO 97 - n° 58

A revista **Celulose & Papel** é órgão oficial da ANFPC - Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose

Rua Afonso de Freitas, 499
CEP 04006 - São Paulo - SP
Fone: (011) 885-1845

<http://www.br.homesopping.com.br>

Diretor Responsável
Osmar Elias Zogbi

Conselho Editorial
Alberto Fabiano Pires
Alfred Freund
Lenomir Trombini
Mário Higinio Leonel
Ruy Haidar

Conselho Consultivo
GT2 Divulgação

UNIPRESS
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO

Celulose & Papel é produzida e editada pela Unipress Editorial ISSN 0102-5279



Não contamine
USE PAPEL

Diretoria

Alaôr José Gomes
Reginaldo Finotti

Diretor de Redação e Editor

Reginaldo Finotti

Redação

Ana Lúcia Ventorim
César Dassié
Márcio Simões
Maroni J. da Silva
Sílvia Pimentel
Vanessa Cecília da Silva
Nilton Queiroz (fotos)

Diagramação

Marco Aurélio Sismotto

Capa

Jesualdo Antônio Gelain

Publicidade

José Cruz Filho

Relações Públicas

Lina Carla Finotti

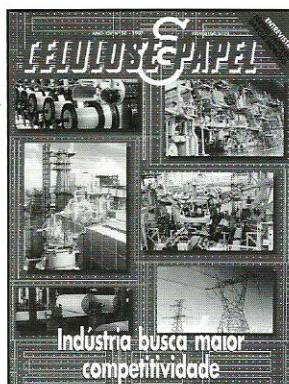
Redação, Administração e Publicidade

Avenida Paulista, 2006 - 11° andar
Conjs. 1108/9 - Fone/Fax (011) 285-3785
CEP 01310-926 - São Paulo - SP

Fotolitos: Studio A Fotolito

Impressão: Ipsis Gráfica e Editora S.A.

SUMÁRIO



Política industrial

Empresários discutem o novo perfil e as diretrizes para as indústrias brasileiras que buscam competitividade no mercado, em condições de igualdade com as grandes organizações internacionais.

6

Números do setor

Os primeiros quatro meses do ano foram positivos para a indústria de papel. O destaque ficou para o papel de imprimir e escrever com crescimento de 40,3%.

11

Rigesa de olho no futuro

Preocupada com o meio ambiente e de olho no futuro, a Rigesa do Brasil está investindo US\$ 60 milhões em uma nova caldeira e equipamentos auxiliares, que entram em operação em 1999.

17

Gente

Sérgio Antonio Garcia Amoroso, presidente executivo do grupo Orsa, conta como começou a pequena cartonagem que hoje é uma das maiores no ranking das indústrias de papelão ondulado para embalagem.

21

Mercosul

Eficiência e competitividade. Esses são os objetivos de qualquer setor produtivo que pretende continuar estabelecido no mercado globalizado. Mas para o aumento do número de parceiros comerciais tem que ter regras.

26

E MAIS

PAPEL DO PAPEL

15

USO DO CELULAR

24

SILVICULTURA

31

OPINIÃO

34

NICHOLSON

FOREST PRODUCTS EQUIPMENT GROUP



EngeMin

É com orgulho que a *EngeMin* Projetos e Consultoria S/C Ltda, traz para o Brasil a linha de equipamentos de maior qualidade e produtividade disponível no mercado mundial para o processamento de toras.

Oferecemos toda a linha Nicholson, que possui comprovado desempenho técnico em todo o mundo desde 1948.

A eficiência no processamento de toras é fator fundamental na produção de celulose e em serrarias.

A NICHOLSON / *EngeMin* dispõem de técnicos qualificados e a mais ampla gama de equipamentos necessários à otimização no processamento de toras:

Carregadores de toras, robustos e resistentes, para aplicação em serviços pesados.

Decks de alimentação e transportadores.

Alimentadores de tora única, rápidos, com regime de até 30 ciclos / minuto.

Descascadores A5A NICHOLSON, totalmente automáticos, com velocidade de até 150 m/min.

Picadores de alta qualidade com disco de 109 a 406 cm de diâmetro.

Peneiras de cavacos NICHOLSON, mod. Fullflow, de alta velocidade e capacidades de 100 a 900 m³/h.

Sistemas completos, de transportadores a descarregadores de caminhões, para manuseio de cavacos.

Sistemas portáteis de descascamento e picagem com equipamentos de elevada qualidade para cavacos.

EngeMin

Projetos e Consultoria S/C Ltda.
Rua Aprígio e Araújo, 864-sala 803
CEP 14160-000-SERTÃOZINHO-SP
BRASIL

Telefone: (016) 645 2404
Telefax: (016) 645 3825

A NICHOLSON
CONHECE TUDO
SOBRE TORAS!

DESCASCADOR A5A,
ROBUSTO, SIMPLES E DE
FÁCIL MANUTENÇÃO.

DESCASCAMENTO
RÁPIDO DE ALTA
QUALIDADE.

ALIMENTA UMA OU
VÁRIAS TORAS,
CURTAS OU
LONGAS.

SUAVE
DESACELERAÇÃO
DOS CAVACOS,
PARA MAIOR
QUANTIDADE DE
ACEITOS.

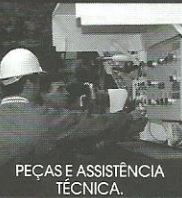
PICADOR A DISCO NICHOLSON PARA TORAS
INTEIRAS, PRODUZ OS MELHORES CAVACOS
PARA A PRODUÇÃO DE CELULOSE.

HIGHSPEED FULLFLOW CHIPSREEN

ACIONAMENTO CENTRAL EVITA
TRANSMISSÃO DE VIRRAÇÕES.



EXPERIMENTADO CORPO
TÉCNICO E DEVENDAS.



PEÇAS E ASSISTÊNCIA
TÉCNICA.



TECNOLOGIA VOLTADA À
ECONOMIA DE FIBRAS.



DESCASCADOR A5A
OTIMIZADO PARA ALTA
VELOCIDADE COM TORAS
DE PEQUENO DIÂMETRO.



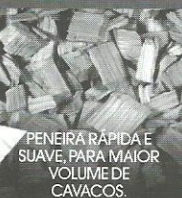
OS MAIS AVANÇADOS
PICADORES A DISCO.



DISSIPADOR DE ENERGIA
PROPORCIONA MAIOR
APROVEITAMENTO DE
CAVACOS.



PENEIRAMENTO
PRECISO DE CAVACOS.



PENEIRA RÁPIDA E
SUAVE, PARA MAIOR
VOLUME DE
CAVACOS.

Caminhos para uma política de competitividade da indústria brasileira

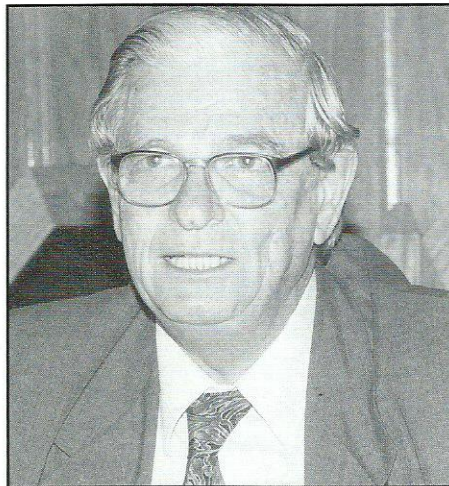
A busca de diretrizes para o estabelecimento de uma estratégia capaz de aumentar nossa competitividade no mercado internacional é alvo de análise de empresários

Maroni J. Silva

Os reajustes estruturais sofridos pelo setor produtivo, com um certo grau de desagregação, em decorrência da abertura da economia; a inexistência de instrumentos que corrijam as imperfeições do processo de concorrência, resultantes de economias de escala e das condições de financiamento; e os sucessivos déficits na balança comercial, estampando a progressiva perda de *market share* do país em segmentos importantes no mercado internacional, fortalecem, cada vez mais, a premência de uma política de competitividade que estabeleça o novo perfil e a direção da indústria brasileira, ao mesmo tempo em que fixe uma estratégia de crescimento compatível com a necessidade de redução do déficit social e que defenda os interesses nacionais.

Correção de rumos

A análise resulta da síntese do pensamento atual de empresários, economistas e representantes do Governo Federal, particularmente do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (Mict), e do BNDES, que vêm refletindo sobre o custo da abertura na economia brasileira e questionando até onde deve ir a interven-



“Para competir, tem que haver igualdades de condições”

Boris Tabacof

ção do Estado, para corrigir as imperfeições do mercado.

Não há dúvida, segundo o empresário Bóris Tabacof, diretor do Departamento de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e membro do Conselho de Administração da Companhia Suzano de Papel e Celulose, que deve existir uma política macroeconômica que permita aos empresários brasileiros igualdade de condições no jogo da competitividade, o que não é uma realidade, dado o ritmo lento das reformas.

Maior competitividade

O governo brasileiro demonstra preocupação com o quadro atual de desvantagem a que está submetida a indústria nacional em relação aos concorrentes estrangeiros, tanto que vem esboçando um plano que visa a elevar a competitividade de 15 segmentos importantes da indústria, inclusive celulose e papel. A sustentação do plano é dada por vários estudos oficiais, que apontam as vantagens e desvantagens da abertura da economia. Trabalho feito pelo Mict e apresentado em Belo Horizonte, durante reunião entre os repre-

sentantes da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), concluiu, após analisar 18 setores produtivos, que a abertura está impondo um custo elevado na área do emprego e que a conversão da indústria está resultando numa “especialização perversa”, onde segmentos produtivos potencialmente competitivos estão sendo substituídos por produtos importados em proporção muito superior à que expande a exportação dos segmentos restantes.

O crescimento de 2,7% das exportações brasileiras, em 1996, por exemplo, ficou bem abaixo da média mundial de 4,8%, estimada pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Já as importações cresceram 6,9%, ficando, portanto, acima da média mundial de 5,3%. De 1989 a 1995, segundo dados da Receita Federal, o saldo da balança de pagamento brasileira, considerando-se alguns setores específicos, caiu drasticamente, passando de US\$ 15,1 bilhões (positivos) para um déficit de US\$ 1,49 bilhão. O Brasil, é atualmente, o 15º maior importador do mundo, mas está na 19ª posição em termos de exportações. O país exporta o equivalente a 1,2% do total mundial e importa 1,4%.

Mercado livre

A preocupação do governo é louvável, na opinião do empresário Horácio Lafer Piva, vice-presidente da Fiesp e membro do Conselho de Administração das Indústrias Klabin de Papel e Celulose, mas ele desconfia de que, em áreas de maior poder na esfera pública, predomina a idéia de que a estabilização, por si só, representa um tipo de política industrial, daí a falta de estímulo ao crescimento econômico. Boa parte desse dualismo se justifica, segundo Roberto Giannetti da Fonseca, diretor da Silex Trading S.A., pelas diferenças ideológicas que caracterizam o pensamento de algumas elites, dentro e fora do gover-



“É necessária a existência de um projeto nacional consensado”

Horácio Piva



“É ilusão acreditar em crescimento sem estratégia”

Antônio Corrêa de Lacerda

no. Os liberais mais extremados consideram que o ideal é a não existência de qualquer política, deixando que o mercado regule tudo; outra facção defende uma intervenção maior do Estado.

Mas em lugar nenhum do mundo, esclarece o economista Antônio Corrêa de Lacerda, presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo, e professor do Departamento de Economia da PUC-SP, funciona o chamado *laissez-faire*, na sua forma pura, nas relações de troca, citando como exemplo o forte poder regulatório do governo na economia do Japão, da Alemanha e dos Estados Unidos, o grande defensor da abertura total. De acordo com dados levantados através de uma pesquisa recente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), entre 1992 e 1995, a tarifa de importação vigente nos Estados Unidos passou de 72% para 188%. Alguns produtos brasileiros, como frutas e calçados, pagam taxas equivalentes a 151% e 48%, respectivamente, para entrar no mercado norte-americano. Por outro lado, nos próximos anos, o governo norte-americano planeja investir US\$ 2,3 bilhões na promoção e financiamento de bens e serviços no exterior, protegendo suas empresas através de barreiras tarifárias e não-tarifárias.

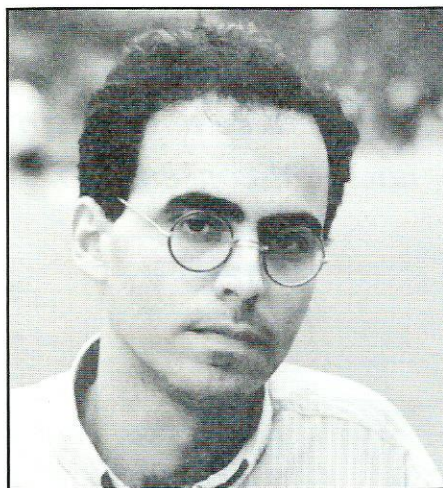
Intervenção moderada

Diante dessas evidências tão gritantes e considerando-se as condições macroeconômicas atuais e as peculiaridades do mercado brasileiro, Lacerda entende que é uma ingenuidade acreditar que é possível garantir o crescimento sem uma política industrial deliberada neste sentido. Maurício Mesquita Moreira, gerente do Departamento Econômico do BNDES, compartilha com a idéia de intervenção do Estado na economia, desde que este processo se concretize a partir da visão

de que a política industrial representa apenas uma parte do que ele classifica como “mercado de fatores” (mão-de-obra e capital) e mercado de produtos (bens e serviços). Trata-se de uma proposta bem diferente, portanto, de modelos anteriores, particularmente o de substituição de importações. De acordo com esta estratégia, o Estado deve intervir apenas para corrigir as falhas do mercado, consideradas mais frequentes pelo representante do BNDES em países do Terceiro Mundo, como o Brasil. Um exemplo de falha, segundo Mesquita, é a relativa fragilidade do mercado de capitais nos países pobres. O Estado pode e deve estimular alguns setores, segundo Mesquita, mas a escolha do setor tem que se submeter ao princípio da competitividade e não do protecionismo.

Ampliação do consumo

Para Leticia Costa, vice-presidente da *Booz-Allen & Hamilton* do Brasil Consultores, a maior ou menor intervenção do Estado na economia deve se pautar por dois tipos de avaliação: as que apontem as vantagens competitivas existentes em setores consolidados e as que identifiquem áreas potencialmente competitivas. Sobre os primeiros, observa, basta o governo garantir regras estáveis e compatíveis com a concorrência internacional, para que as empresas atuem de acordo com a economia de mercado. Num setor como o de celulose e papel, por exemplo, de capital intensivo, o custo do dinheiro é fundamental para a sobrevivência das empresas, segundo a representante da *Booz-Allen*, e por isso merece um cuidado especial. Quanto aos setores que poderão ser competitivos no futuro, cabe ao Estado identificá-los, com sabedoria e inteligência, e protegê-los. O próprio mercado de consumo brasileiro, que pelo seu tamanho e pela possibilidade de cres-



“O importante é definir até onde o Estado deve intervir e como...”

Maurício Mesquita Moreira

cer ainda mais no futuro, com a incorporação de segmentos sociais que hoje estão fora dele, representa um atrativo muito grande e por isso tem que ser visto como vantagem competitiva, e não deve ser totalmente aberto, sem uma estratégia previamente definida, segundo Leticia Costa.

Se o Brasil quiser, realmente, ser um grande *player* frente aos seus parceiros internacionais, terá que ter uma política clara de inserção, ou seja, “um projeto nacional” com instrumentos sofisticados de política industrial, onde as reformas que estão sendo feitas e as que ainda permanecem no papel indiquem uma direção, um sentido, um norte para o investidor e para o próprio país, afirma Mauro Arruda, diretor executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria. O questionamento de fatores como mercado de capitais, política cambial e poupança nacional é indispensável para que o país deslanche, volte a crescer e dê condições para que grupos nacionais ganhem escala compatível com os concorrentes e atuem, interna e externamente, segundo Arruda, com a perspectiva concreta de ampliar o *market share*.

Estrutura de crédito

Em termos financeiros, o grande desafio é implementar uma verdadeira reestruturação com vistas a criar estruturas de crédito, de curto e longo prazos, que viabilizem o crescimento econômico, conforme estudos de técnicos do governo. Alguns investimentos de longo prazo contemplados com recursos do BNDES, como é o caso do setor de celulose e papel, pagam taxas de juros de cerca de 10,5% ao ano, têm prazo de 12 anos e 1,5 ano de carência. Houve uma sensível melhora, conforme observa Bóris Tabacof, mas a taxa ainda é muito elevada se comparada aos padrões internacionais, na fai-

xa de 3% ao ano. Não é à toa que há mais de duas décadas a taxa de investimento no Brasil não ultrapassa a 17% do PIB.

Quanto ao câmbio, os mesmos técnicos, entre os quais Maurício Mesquita, do BNDES, sugeriram, há um tempo atrás, uma desvalorização maior que os níveis que vêm sendo praticados. Na Coreia do Sul, por exemplo, a taxa real de câmbio foi desvalorizada em 22%, nos primeiros oito anos da abertura. No Brasil aconteceu o inverso: o câmbio valorizou-se nos cinco primeiros anos do processo. Sobre este aspecto, o economista Antônio Corrêa Lacerda chama a atenção para o fato de que as transações correntes do Brasil equivalem, hoje, a 70% do volume das exportações. Com isso, para cobrir o déficit da balança comercial estimado em US\$ 35 bilhões, o país precisa recorrer, em parte, aos investimentos estrangeiros temporários (especulativos), já que o que entra como investimento fixo é insuficiente para cobrir o rombo. E como o dinheiro especulativo é muito volátil, o Brasil fica exposto a riscos, adverte Lacerda.

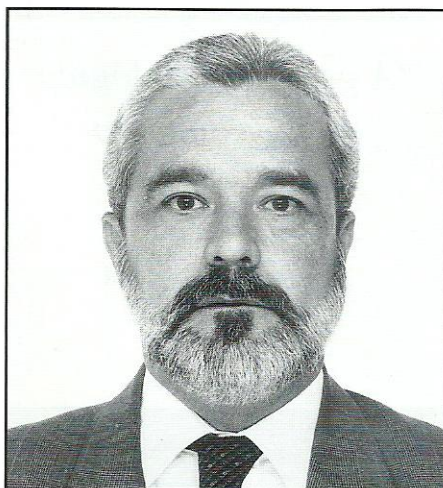
Carga tributária

Na verdade, complementa Bóris Tabacof, a lista de problemas que têm que ser enfrentados, no conjunto de uma política macroeconômica sustentável, deve incluir também a redução da carga tributária excessiva, o custo da infra-estrutura e a negociação de barreiras. Em relação aos impostos, vale recorrer, mais uma vez, ao estudo do BID, onde foi constatado que, enquanto a carga tributária média na América Latina é de 20%, a do Brasil chega a 30%. Em certos setores da indústria, como o de máquinas, os empresários consomem cerca de 30% do seu tempo trabalhando em questões ligadas à burocracia, um dos principais fatores do chamado "custo Brasil". Em algumas

empresas, segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), 13% dos funcionários trabalham, exclusivamente, para tratar de procedimentos legais vinculados aos governos federal, estaduais e municipais. No ano passado, a revista Informações Objetivas (IOB) publicou 3.800 páginas com alterações da legislação tributária brasileira, o que corresponderia a uma enciclopédia com 19 volumes de 200 páginas cada um, aproximadamente.

Adequação á abertura

A formulação de uma política industrial, segundo Tabacof, deve contemplar os setores específicos que necessitam de algum apoio, por estarem expostos a um maior grau de risco, mas que têm condições de serem competitivos. Para Giannetti da Fonseca, com longa experiência de comércio exterior, existem, hoje, no Brasil, vários setores que se adequaram à abertura, atingindo a fase de reintegração produtiva, entre os quais a agroindústria, metalurgia e celulose e papel, enquanto outros desapareceram ou estão ainda em processo de reestruturação. O modelo industrial baseado na empresa nacional familiar, empresa estrangeira e empresa estatal, que de 1950 até os anos 90 constituiu a base do capitalismo brasileiro está definitivamente superado, na opinião dos entrevistados. O lado negativo deste padrão, segundo Horácio Piva, foi a acomodação, a não preocupação com a competitividade nem com o consumidor. Preocupado com o desemprego resultante, principalmente, do avanço tecnológico de parte das indústrias brasileiras, o representante da Klabin, diz que cabe ao Estado atuar como o articulador de um programa de competitividade, "ancorado num projeto consensado e de longo prazo para o país, que passa pela conclusão das reformas".



“Tem que haver um projeto nacional que estimule o investimento”

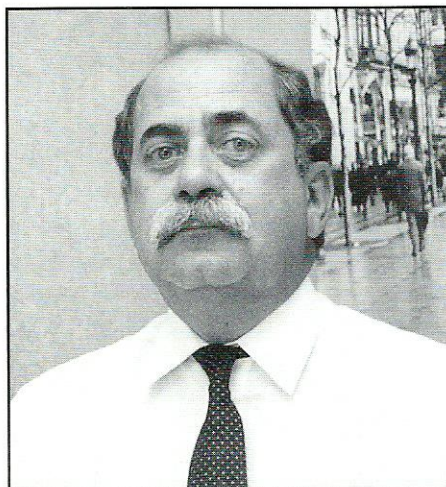
Mauro Arruda

Nos últimos anos, segundo dados do Ministério do Trabalho, o Brasil perdeu 755.379 empregos formais. Para reverter este quadro, segundo Piva, as empresas têm que ser estimuladas a investir, inclusive porque, anualmente, 1,8 milhão de jovens ingressam no mercado de trabalho. A política industrial é imprescindível não apenas para gerar novos empregos, observa Mauro Arruda, do IEDI, como também para ajudar, de certa forma, a evitar a guerra fiscal existente, hoje, entre os estados, concedendo benefícios a certos grupos, para que se instalem em determinadas regiões. A solução, afirma o empresário José Miguel Chaddad, diretor da Associação Nacional de Pesquisa em Empresas Industriais (Anpei), é adoção de um projeto de competitividade focado na gestão tecnológica do investimento, nos moldes semelhantes ao que foi feito pelos Tigres Asiáticos, mas bem orientado.

Investir em tecnologia

Até meados da década de 70, segundo Chaddad, os indicadores brasileiros de investimento em tecnologia se aproximavam muito da Coreia do Sul, por exemplo, mas hoje estão distantes. De acordo com as principais conclusões da I Conferência Brasileira de Ciência e Tecnologia, realizada em março deste ano, no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), em Boston, nos Estados Unidos, o Brasil gasta mais dinheiro em ciência e tecnologia do que os Tigres. O problema é que esse investimento não vira PIB, ou seja, não reverte para a sociedade na forma de bens e serviços com melhor qualidade. O governo brasileiro investe, anualmente, US\$ 1 bilhão em bolsas para formação de recursos humanos em pesquisa e desenvolvimento, aqui e no exterior.

Em relação às indústrias, segundo da-



“A gestão tecnológica do investimento é primordial”

José Miguel Chaddad

dos da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), o investimento em ciência e tecnologia é ainda aquém do desejado. Quem investe mais é o governo, algo em torno e 0,14% do PIB. A Fapesp, segundo seu presidente, Francisco Romeu Landi, tem vários programas para inovação tecnológica aos quais a indústria pode recorrer para melhorar sua competitividade. Um deles, que pode ser desenvolvido tanto pela indústria quanto por uma empresa de serviços, prevê que o interessado deve trabalhar em parceria com a universidade e com a Fapesp, na produção de algo que tenha retorno. Estabelecido o que vai ser feito, a empresa se responsabiliza por 30% do valor do investimento e a Fapesp banca os 70% restantes. Quanto mais alto o risco tecnológico, ou seja, quanto mais horas de laboratório for necessário para concluir o projeto, maior a cobertura financeira por parte da Fapesp.

Enfrentar a competição

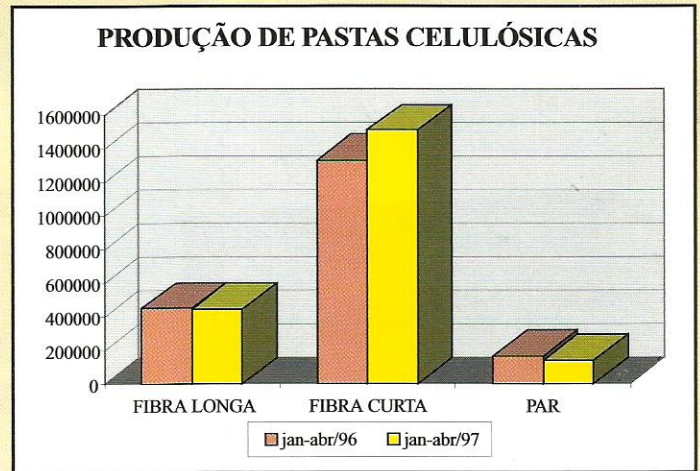
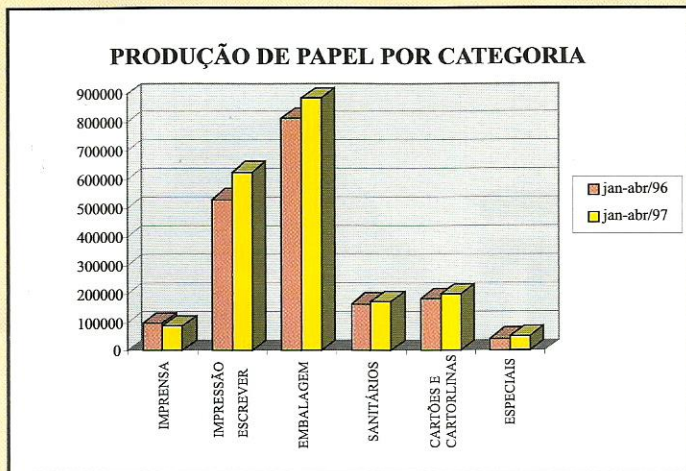
O objetivo deste programa, segundo Landi, é ajudar as empresas a enfrentar a competição. Quem tiver interesse e alguma idéia a ser transformada em projeto deve submetê-la a aprovação da Fapesp, com o respectivo pedido de financiamento. O percentual financiável pela Fapesp varia entre 20% e 70% do valor global do projeto, cujo dinheiro cobre os gastos da instituição de pesquisa. Quando o objetivo do projeto for apenas a melhoria de algum processo ou de algo que já existe, o percentual é mais baixo; se for realmente uma inovação de grande impacto, a porcentagem é maior e o prazo para concluí-lo, 36 meses. Atualmente, existem 16 projetos em andamento, totalizando R\$ 5,3 milhões (R\$ 1,9 milhão pela Fapesp, e R\$ 3,4 da indústria). O orçamento total da Fapesp para este fim é R\$ 5 milhões por ano.



“Melhorar a competitividades com programas de inovação”

Francisco Romeu Landi

Produção de papel evoluiu no primeiro quadrimestre

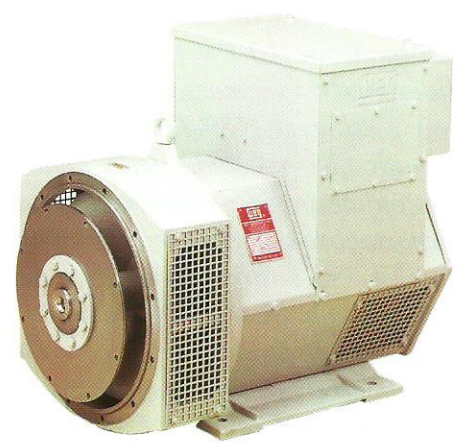
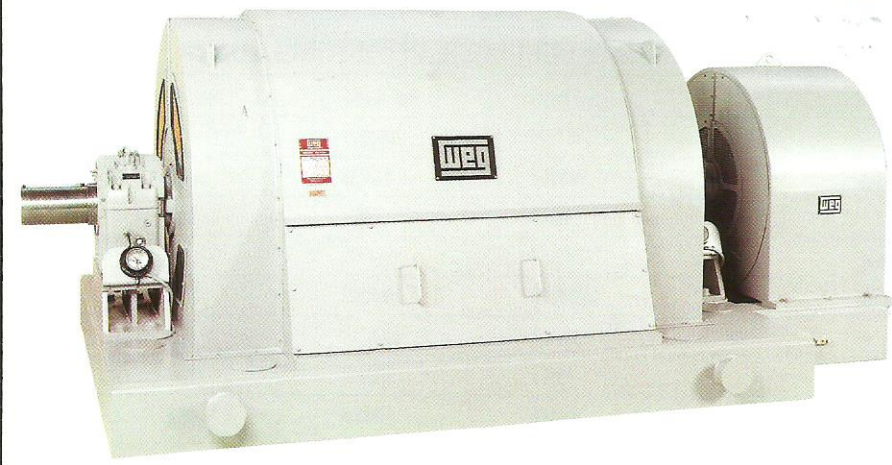
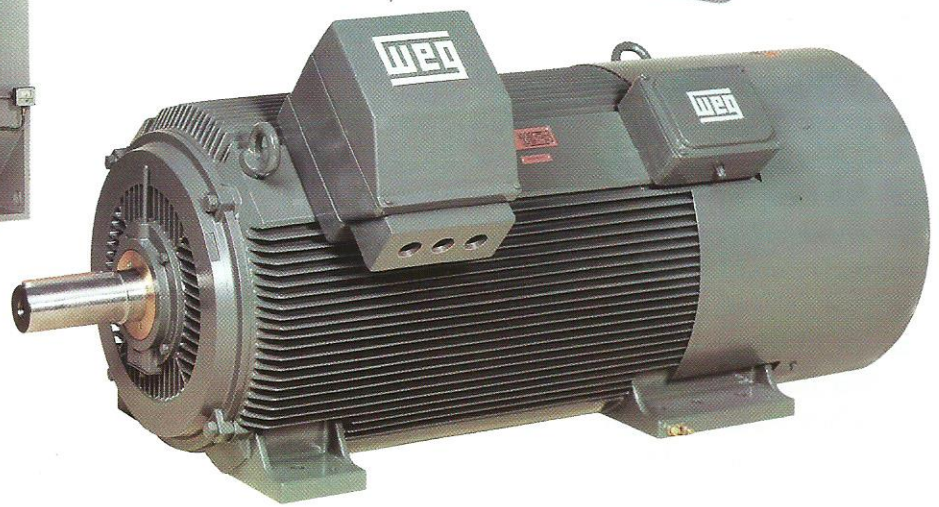
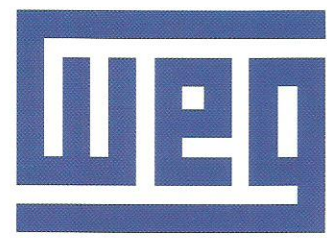
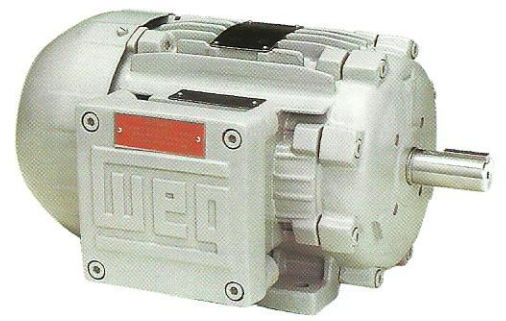
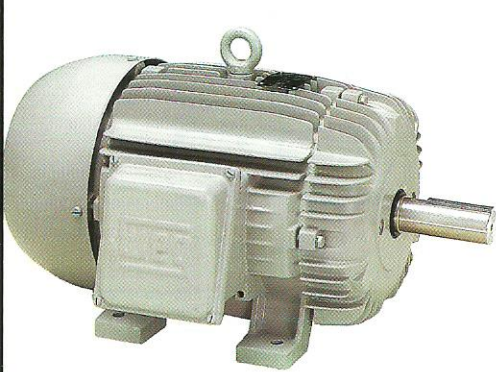


Os dados da conjuntura setorial relativos ao primeiro quadrimestre do ano evidenciam avanços em vários segmentos. As vendas domésticas, comparadas ao mesmo período de 1996, cresceram 8,6% e as vendas externas aumentaram 13,6% no total, com significativa participação do papel de imprimir e escrever que, isoladamente, cresceu 40,3%. A produção brasileira de papéis, nos primeiros quatro meses do ano, teve uma evolução de 10,1% também com liderança do segmento para imprimir e escrever (18%). Outro dado significativo revelado pelos dados de conjuntura foi o crescimento das exportações de celulose: expansão de 23,7% sobre as vendas do primeiro quadrimestre de 1996, com liderança do produto de fibra curta, responsável por um crescimento de 27,1% no período.

PRODUÇÃO DE PAPEL EM TONELADAS			
	jan-abr/96	jan-abr/97	Cresc %
	1830053	2015783	10,1
IMPRESSÃO/ESCREVER	529929	625092	18,0
EMBALAGEM	811416	884147	9,0
SANITÁRIOS	164957	172056	4,3
CARTÕES E CARTOLINAS	181704	196007	7,9
ESPECIAIS	44372	52852	19,1
IMPRESSÃO	97675	85629	-12,3

PRODUÇÃO DE PASTAS CELULÓSICAS EM TONELADAS			
	jan-abr/96	jan-abr/97	Cresc. %
	1942134	2093375	7,8
FIBRA CURTA	1331270	1508802	13,3
FIBRA LONGA	448200	442735	-1,2
PAR	162664	141838	-12,8
Branqueada	86243	57804	-33,0
Não Branqueada	361957	384931	6,3
Branqueada	1240402	1408249	13,5
Não Branqueada	90868	100553	10,7

Atrás de um dos maiores fabricantes de motores elétricos do mundo...



...existe um grande fabricante de outros produtos.

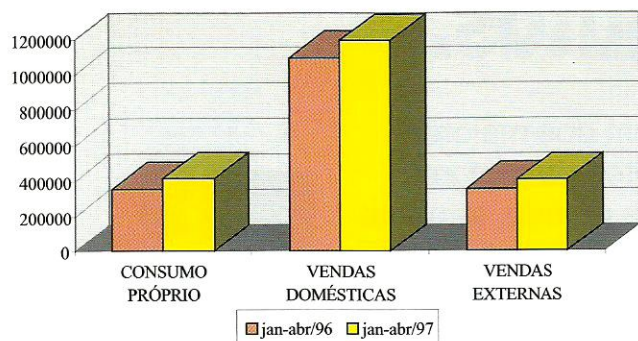
WEG, um dos maiores fabricantes de motores elétricos do mundo, também possui uma ampla linha de componentes e equipamentos para o controle e proteção de motores e sistemas industriais que inclui:

contatores e relés de sobrecarga, botões de comando, disjuntor-motor, fusíveis, inversores, controladores programáveis, servoacionamentos, centro de controle de motores, painéis de distribuição, geradores, transformadores, capacitores e bancos automáticos para correção do fator de potência. Quando pensar em sistemas industriais, pense WEG.

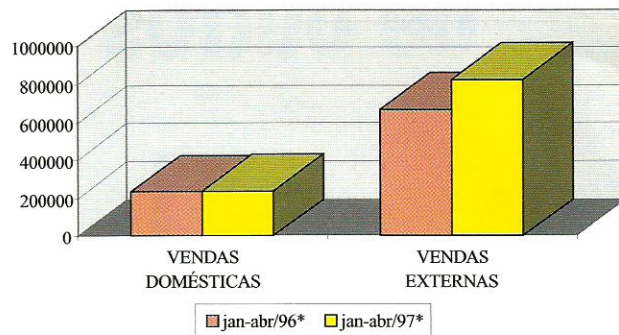


RUA JOINVILLE, 3300 - 89256-900 - JARAGUÁ DO SUL - SC
FONE (047) 372-4000 - FAX (047) 372-4010

DESTINO DA PRODUÇÃO DE PAPEL



DESTINO DA PRODUÇÃO DE PASTAS CELULÓSICAS



DESTINO DA PRODUÇÃO DE PAPEL EM TONELADAS

CONSUMO PRÓPRIO	jan-abr/96	jan-abr/97	Cresc %
	352833	410298	16,3
IMPRESSÃO	0	0	0,0
IMPRESSÃO/ESCREVER	9480	9261	-2,3
EMBALAGEM	335091	388054	15,8
SANITÁRIOS	0	0	0,0
CARTÕES E CARTOLINAS	2086	2008	-3,7
ESPECIAIS	6176	10975	77,7
VENDAS DOMÉSTICAS	jan-abr/96	jan-abr/97	Cresc %
	1093114	1186607	8,6
IMPRESSÃO	70607	85083	20,5
IMPRESSÃO/ESCREVER	330283	355128	7,5
EMBALAGEM	343627	370587	7,8
SANITÁRIOS	152391	163770	7,5
CARTÕES E CARTOLINAS	162594	175700	8,1
ESPECIAIS	33612	36339	8,1
VENDAS EXTERNAS	jan-abr/96	jan-abr/97	Cresc %
	353511	401942	13,7
IMPRESSÃO	2501	4492	79,6
IMPRESSÃO/ESCREVER	185590	260313	40,3
EMBALAGEM	134240	113269	-15,6
SANITÁRIOS	10741	7718	-28,1
CARTÕES E CARTOLINAS	16552	12179	-26,4
ESPECIAIS	3887	3971	2,2

DESTINO DA PRODUÇÃO DE PASTAS CELULÓSICAS EM TONELADAS

VENDAS DOMÉSTICAS	jan-abr/96	jan-abr/97*	Cresc %
	233232	237039	1,6
FIBRA LONGA	26511	29354	10,7
Branqueada	20923	22185	6,0
Não Branqueada	5588	7169	28,3
FIBRA CURTA	184163	187415	1,8
Branqueada	174827	176555	1,0
Não Branqueada	9336	10860	16,3
PAR	22558	20270	-10,1
VENDAS EXTERNAS	jan-abr/96	jan-abr/97*	Cresc %
	662688	819951	23,7
FIBRA LONGA	20832	4371	-79,0
Branqueada	20806	4056	-80,5
Não Branqueada	26	315	1111,5
FIBRA CURTA	640136	813860	27,1
Branqueada	635763	808116	27,1
Não Branqueada	4373	5744	31,4
PAR	1720	1720	0,0

PAPEL

Difícil imaginar o mundo sem ele

Inventado para auxiliar o homem a registrar a sua existência, o papel ganhou as mais inusitadas aplicações



Foto: Fernando Sampaio/AE

A trajetória do papel como instrumento de comunicação evoluiu através dos tempos, juntamente com a escrita. O homem, que desde a era primitiva vem registrando sua história, primeiramente através de desenhos em pedras nas cavernas, depois em cerâmica, madeira, papiro, seda e pergaminho, finalmente encontrou no papel o meio prático de documentar fatos e acontecimentos.

Descoberto na China, há cerca de dois milênios, o papel foi suporte para assinaturas de acordos de paz, registro de leis, tratados de guerra e expressão de todas as culturas, dispersas através de livros, revistas, jornais, etc. Além disto, o papel também sempre esteve ligado à arte.

Com o aperfeiçoamento da tecnologia para a produção foram surgindo diversas formas de utilização do papel, que foi ganhando cada vez mais espaço na vida do homem. Hoje, com diversos tipos para diferentes fins é difícil imaginar como seria o mundo sem este produto e as tecnologias incorporadas a ele. Até mesmo o advento da informatização da comunicação, com a qual muitos prescreviam o fim da era do papel, não se consolidou.

Mas há quem consiga enxergar no papel muito mais possibilidades do que se possa imaginar. Nas mãos de artistas, ele pode se transformar em inúmeros objetos, de arte ou de uso prático. Um pou-

co do que é possível produzir com o material pode ser visto na Galeria do Papel, do designer Nido Campolongo. Ele transforma papel em cortinas, tapetes, móveis e tudo que a imaginação possa permitir.

O trabalho é fruto de 15 anos de trabalho e pesquisa de Campolongo. Filho de tipógrafo, ele aprendeu no ofício do pai, que era possível produzir objetos bonitos com papel reciclado. A descoberta do material rústico surgiu na tentativa do designer, inimigo de desperdício, de ampliar o potencial do mercado da gráfica. Começou então confeccionado sacolas e convites.

O carro chefe da Oficina do Papel são as agendas com aspecto envelhecido, que Campolongo vende cerca de 10 mil unidades por ano. Mas o designer, após um curso de artes, conseguiu unir a ousadia em suas descobertas e produzir quase tudo com o papel, de móveis a cortinas. “Procuro não fazer muita interferência no papel, valorizando-o como elemento principal”, explica ele.

No seu ateliê, este alquimista transforma resto de papel, descobrindo novas formas de uso. “A grande alavancagem foi quando percebi que podia utilizar o papel como tecido, a partir daí as possibilidades aumentaram muito”. Com este conceito ele produz colchas, mantas, cortinas, tapetes, jogos americanos e uma infinidade de objetos. Unindo artes gráficas de decoração, ele transforma, ainda, derivados de papel, como cones de linha, em móveis. Campolongo já teve trabalhos expos-

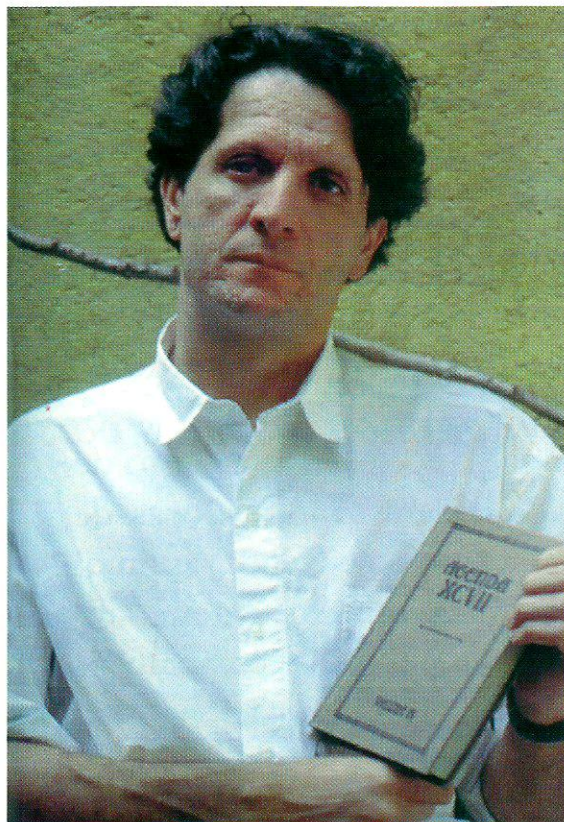


Foto: Marco Antônio Sá

“A grande alavancagem foi quando percebi que podia utilizar o papel como tecido, a partir daí as possibilidades aumentaram muito”

tos em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, Chile e Itália.

Para a confecção dos objetos vale tudo, principalmente material reciclado. “Procuro interferir o mínimo possível. Os papéis, em geral são encerados e envernizados para que possam ter maior durabilidade”, explica ele. Uma de suas criações mais ousadas, a mesa feita com cones de linha, responsável pelo seu maior reconhecimento, já foi fotografada por publicações de decoração de prestígio. A idéia, segundo ele, surgiu

de repente, quando viu alguns cones num depósito de aparas. Percebeu que sobrepondo-os, além do efeito plástico, poderia obter a base de uma mesa, com tampo de vidro e pés de ferro.

Terceirização

Algumas etapas da produção do trabalho são realizadas por terceiros. Uns são desenvolvidos por detentos do Carandiru, como os jogos americanos feitos de rolinhos de papel minuciosamente confeccionados e costurados. A idéia, que vem trazendo bons resultados, fez com que Campolongo se entusiasmasse em ampliar a produção utilizando este tipo de mão-de-obra, em geral ociosa. Por este motivo, o designer está à procura de empresas interessadas em patrocinar o projeto, que está em vias de se enquadrar nas Leis Roanet e Mendonça. “Acredito que com os benefícios fiscais e, ainda, os sociais, as parcerias vão aparecer. Pretendo centralizar a mão de obra e desenvolver um trabalho mais constante”, diz ele, acrescentando que uma das empresas que já se envolveu com o projeto foi a Ripasa.

Alguns trabalhos desenvolvidos junto aos psicóticos do Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa da Saúde Mental e Psicossocial A Casa também trouxe grandes benefícios. “Há exemplos de pacientes que tiveram alta e até hoje trabalham com papel. Além de trabalho, é uma terapia”, define.



RIGESA

investe em meio ambiente e na expansão de suas fábricas

A Rigesa está investindo US\$ 60 milhões para melhorar seu desempenho ambiental. E Bo Fears, novo presidente da empresa, prevê grande crescimento do mercado de papelão ondulado no Brasil.

Silvia Pimentel

Com o objetivo de melhorar ainda mais sua performance ambiental, a Rigesa, que desenvolve desde a semente das árvores para a produção do papel até o produto final, está investindo US\$ 60 milhões em uma nova caldeira de recuperação e equipamentos auxiliares na fábrica de papel localizada em Três Barras, Santa Catarina. Trata-se do maior investimento individual da história da Rigesa no Brasil.

O projeto proporcionará aumento na produção de vapor e dará continuidade ao programa de excelência ambiental da empresa, ganhadora de prêmios como o *IV Expressão de Ecologia*, *Planeta Vida*, *Fritz Müller*, além de um certificado de honra ao mérito no *Prêmio Eco*

96. Com o novo equipamento, que deverá entrar em operação em 1999, juntamente com os precipitadores eletrostáticos que serão instalados, mais de 98% das partículas que atualmente dispersam-se no ar serão eliminadas.

Além das melhorias ambientais, a nova caldeira, que substituirá as duas antigas, terá capacidade para suportar uma maior produção de papel no futuro. É que a Rigesa, subsidiária da Westvaco Corporation, empresa multinacional com operações nos Estados Unidos, Europa e América Latina, está também atenta ao ritmo de crescimento do mercado nacional de embalagens de papelão ondulado, do qual, atualmente, detém a segunda colo-

cação, atrás da Klabin, com 14,15% de participação.

“Durante os últimos cinco anos, o Brasil mostrou um crescimento na produção de ondulados mais dinâmico do que outros mercados, expandindo 61% desde 1990, enquanto os Estados Unidos e a Europa cresceram, no mesmo período, 18%. Nos próximos quatro a seis anos, o BNDES projeta um aumento de 6% ao ano, ou seja, o cenário no Brasil para o setor é muito bom”, antevê o presidente da Rigesa, Bo Fears. Ele acrescenta que se forem mantidas as tendências atuais, o mercado brasileiro poderá tornar-se tão grande quanto um dos cinco maiores produtores da Europa até o final da década.



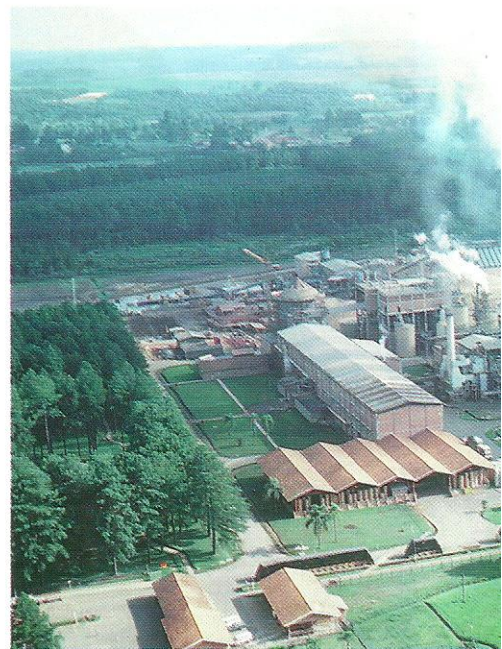
Valinhos-SP

Ainda considerado baixo em relação aos níveis mundiais (8,7 quilos per capita, contra 88 quilos nos Estados Unidos), o consumo per capita de embalagens de papelão ondulado no Brasil, para o presidente da Rigesa, tem muito espaço para crescer, principalmente devido à continuidade de expansão da atividade industrial brasileira. “A estabilidade econômica abriu as portas para muitos consumidores brasileiros novos, o que resultou em recordes de produção e vendas. A Rigesa está preparada para crescer com o mercado em termos de inovação, diferenciação de produtos e valores adicionais

aos nossos clientes e, obviamente, naquilo que dará retorno aos acionistas do grupo Westvaco”, complementa Bo Fears.

Outros investimentos

Nos últimos três anos a Rigesa investiu maciçamente no aumento da capacidade de produção. Foram mais de US\$ 100 milhões na construção de uma nova fábrica no município de Pacajus, Ceará, na aquisição de uma fábrica de embalagens em cartão em Valinhos, interior de São Paulo, na modernização de suas fábricas de caixas de



Três Barras-SC

Valinhos, Manaus e Blumenau, no aumento de produção de papel da fábrica de Três Barras e em suas atividades florestais.

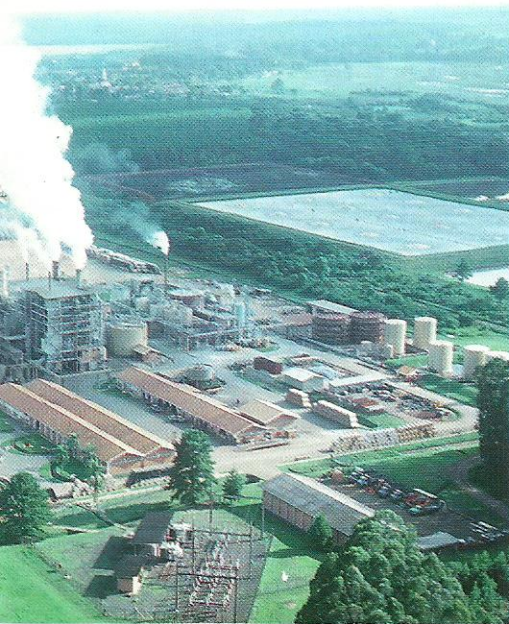
Com fábricas de caixas de papelão ondulado localizadas estrategicamente para atender as principais regiões brasileiras - Blumenau (SC), Valinhos (SP), Manaus (AM) e Pacajus (CE), a Rigesa possui capacidade total instalada de 36 milhões de metros quadrados de caixas por mês. O volume produzido em 1996 foi de aproximadamente 335 milhões de metros quadrados de caixas, ou seja, uma média de 28 milhões por mês. A empresa fornece suas embalagens para os mais variados segmentos de mercado, tais como: eletrodomésticos, aparelhos eletroeletrônicos, hortifrutigranjeiros, cerâmicas, alimentos, autopeças, borracha, confecções, entre outros.

“Estamos trabalhando com cerca de 80% de nossa capacidade, contra 55% ou 60% da capacidade do setor”, compara o vice-presidente da Rigesa Mark R. McMahon. Isso foi possível, segundo ele, graças aos investimentos em novas máquinas, redução de custos e, conseqüentemente, aumento da produtividade.

Produzindo pouco mais de 500 toneladas métricas por dia de papel *linerboard*, a unidade fabril de Três Barras destina a maior parte da produção às fábricas de caixas. O excedente é vendido para o mercado externo ou utilizado para a produção de Rigepak, um tipo de cartão de alta rigidez, produzido



Manaus-AM



Blumenau-SC

com fibra virgem. Um volume médio de aproximadamente 1.500 toneladas/mês de papel kraft é exportado principalmente para o Mercosul. Eventualmente, a Rigesa também vende para a Itália, Grécia, Gana, Nigéria e Hong-Kong.

Já a fábrica de papel miolo reciclado, localizada em Valinhos, mantém uma produção diária de aproximadamente 215 toneladas métricas, que são expedidas para as unidades fabris de caixas.

Projetos sociais

Na área social, a Rigesa desenvolve vários projetos. O PACA - Projeto Aprendendo Com a Árvore, foi implantado há dois anos na fábrica de Três Barras, onde está situado o Departamento Florestal da empresa, e consiste numa espécie de currículo escolar das escolas do município. Importado dos Estados Unidos, o projeto tem como objetivo alfabetizar crianças com temas voltados ao meio ambiente. O PACA já atingiu mais de 4 mil alunos e cerca de 350 professores, conferindo à Rigesa o primeiro lugar no Prêmio Expressão de Ecologia.

Outra iniciativa bem sucedida nesta área foi o projeto Educacional Fauna e Flora, que consistiu num levantamento minucioso das matas da empresa, que recebeu o apoio de órgãos ambientais do governo estadual. O resultado surpreendeu os próprios pesquisadores: foram encontradas 144 espécies de

aves, o equivalente a 24,48% das existentes em Santa Catarina. Encontraram ainda inúmeras espécies de anfíbios, répteis e mamíferos. O projeto Fauna e Flora conta ainda com trilhas ecológicas desenvolvidas para três grupos: crianças em idade escolar, adolescentes e estudantes universitários, além de amantes da natureza.

Área Florestal

O Departamento Florestal da Rigesa, localizado no município de Três Barras, em Santa Catarina, começou suas ativi-

dades em 1956. É lá que tem início todo o processo produtivo da empresa. Atualmente, com 426 propriedades localizadas em 14 municípios da região, com 46.745 hectares de terras, é responsável pelo fornecimento de matéria-prima para a fabricação de celulose e papel da unidade de Três Barras.

Mais de 20% das áreas são recobertas por vegetação natural, combinando produção auto-sustentável com a preservação da biodiversidade. A seleção de árvores superiores e a formação de pomares de produção de sementes genética



Pacajus-CE

mente melhoradas garantem a qualidade e a produtividade dos plantios comerciais de pinus.

Com técnicas adequadas de coleta e beneficiamento, a Rigesa Florestal é auto-suficiente em produção de sementes de pinus. Anualmente são preparados e plantados 1300 ha. de pinus e 300 ha de eucalipto. O equipamento utilizado para o plantio de mudas de pinus permite executar a operação de maneira segura e com qualidade. Já o plantio de mudas de eucalipto é feito utilizando-se equipamentos e técnicas próprias para distribuição de mudas e adubo e plantio, de forma a atingir o resultado esperado em termos de qualidade operacional.

Diariamente são entregues na unidade de Três Barras 3 mil toneladas de pinus da Rigesa, 250 toneladas de pinus de terceiros para a produção de celulose e 550 toneladas de eucaliptos da empresa mais 300 toneladas de resíduos de serraria para a produção de energia, garantindo a preservação das florestas nativas.

Aperfeiçoamento profissional

“Investimos pesado em novos equipamentos. Mas proporcionamos nível edu-

PERFIL DA RIGESA CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS

Matriz: Westvaco Corporation

Produtos: embalagens de papelão ondulado e papel kraft

Localização das fábricas: Valinhos (SP), Blumenau (SC), Manaus (AM), Pacajus (CE), Três Barras (SC).

Capacidade total instalada: 36 milhões de metros quadrados de caixas/mês

Total Produzido em 1996: 335 milhões de metros quadrados de caixas

Posição no mercado: segunda maior produtora de caixas, com 14,15% de participação.

Investimentos recentes: US\$ 60 milhões em nova caldeira de recuperação

Área Florestal: 46.745 hectares de terras

Áreas Nativas: 10 mil hectares

cional para os trabalhadores operarem com segurança as máquinas. Devemos fornecer todas as ferramentas necessárias para os funcionários executarem suas tarefas”, afirmou Mark McMahon.

Seguindo esta premissa, a Rigesa mantém em três unidades fabris um curso supletivo, sendo o maior de Valinhos, aberto não só para os funcionários mas também para a comunidade local. “Ao invés de procurarmos outros profissionais no mercado, optamos por treinar os nossos própri-

os”, complementa McMahon.

O aperfeiçoamento da área de Recursos Humanos é também uma prioridade na Rigesa. Prova disso é um recente treinamento que está envolvendo todos os níveis de liderança da empresa, desde o presidente, já chegando até os supervisores, devendo alcançar até junho os funcionários das fábricas. O objetivo principal é fazer com que todos conheçam os objetivos da empresa e saibam a sua função dentro dela.

Presidente da Rigesa ingressou na Westvaco em 1977 como estagiário

Oscar B. Fears Jr. é diretor-presidente da Rigesa Ltda, subsidiária brasileira da Westvaco Corporation, desde novembro de 1996. Ele nasceu em Marietta, Georgia, nos Estados Unidos, e atualmente reside em Campinas, interior de São Paulo.

Fears ingressou na Westvaco em 1977 como estagiário em Vendas. Durante sua carreira, ocupou várias posições dentre as operações de papelão ondulado da companhia, incluindo posições de representante de vendas, gerente de produção, gerente regional de vendas, gerente geral e gerente de operações da Divisão de Papelão Ondulado.

Em 1987, o atual presidente da Rigesa foi indicado para assumir a Divisão de Vendas Internacionais, como gerente de operações, responsável por todo o serviço internacional ao cliente, retornando a seguir para a Divisão de Papelão Ondulado, como gerente de operações.



Antes de ingressar na Westvaco, Fears serviu à Marinha Norte-Americana como piloto de helicóptero. Ele formou-se na Faculdade de North Georgia, onde obteve o grau de Bacharel em Física.

A Westvaco é uma das maiores fabricantes de papéis para reprodução gráfica de alta qualidade, embalagens ao consumidor, industriais e atua na área química com grande variedade de aplicações no setor industrial e de meio ambiente. A Westvaco é também uma das maiores fabricantes de envelopes do mundo.

Nos Estados Unidos e no Brasil, a companhia e sua subsidiária Rigesa administram 1,5 milhão de acres de florestas para uso múltiplo e a sua grande experiência é dividida com seus vizinhos, proprietários de adicionais 1,4 milhão de acres de florestas e também dos participantes do Programa Corporativo da Westvaco para Gerenciamento de Florestas.

SÉRGIO ANTONIO GARCIA AMOROSO

Sonho que se sonha junto é realidade

Ana Lúcia Ventorim

O empresário Sérgio Antonio Garcia Amoroso, presidente executivo do grupo Orsa, conseguiu alcançar, como ele mesmo define, "muito mais do que imaginava". A pequena cartonagem, que montou há quinze anos, transformou-se numa companhia que hoje disputa o quarto lugar no ranking das indústrias de papelão ondulado para embalagem. Para atingir a façanha ele diz que contou uma certa dose de sorte, muito trabalho, dedicação e agilidade para tirar proveito dos tempos de turbulência. Mas não foi esta conquista que trouxe ao empresário a realização como ser humano. Nas buscas pela tal realização, Garcia Amoroso descobriu que podia utilizar a habilidade que tem com os negócios e promover algo pelos menos favorecidos. Foi assim que há três anos nasceu a Fundação Orsa, uma instituição mantida pelo grupo e que atende mais de 6 mil crianças em proje-



tos próprios e parcerias junto a outras instituições. A Fundação é motivo de orgulho para este empresário nascido numa família humilde, em Birigüi, interior de São Paulo, e que resume os propósitos da entidade com um de seus slogans: "Sonho que sonha junto é realidade."

Celulose & Papel - Como entrou na área de papelão para embalagem?

Sérgio Antonio Garcia Amoroso - Trabalhei sete anos na cartonagem Arte e Vinco. Comecei como controller, a coisa foi evoluindo e cheguei a superintendente de toda a área de embalagens, comercial, industrial e suprimentos. Depois fui para a Penha onde fiquei uns três ou quatro meses e em seguida montamos a nossa empresa.

C&P - Há quinze anos?

Garcia Amoroso - É, começamos em 1981 uma empresa bem pequena, uma cartonagem de 350 metros de área construída. Orsa é o nome formado pelas iniciais dos quatro sócios. Osvaldo, Roberto, Sérgio e Amoroso. Mas com o tempo foram acontecendo cisões e percebemos que a cada sócio que saía, a empresa crescia mais rápido. O sócio saía para ser um concorrente,

isto dava mais motivação.

C&P - O setor comporta todo mundo?

Garcia Amoroso - Não, mas com trabalho e dedicação as pessoas vão se arranjando. No setor tem de haver um emagrecimento. É só ver os números da ABPO. A produção está maior e o faturamento menor. Em 1995 e início de 96 o mercado andou muito bem, houve investimento. O investimento maturou e a oferta aumentou.

C&P - Como era a integração de serviços que impulsionou o crescimento da Orsa?

Garcia Amoroso - Quando começamos, notávamos no mercado uma grande deficiência. Fomos visitar a Europa, EUA, Japão, ver como eles faziam. Então quando montamos a fábrica maior, em Suzano, optamos por equipamentos japoneses, porque dão mais versatilidade, são menores, mais ágeis, para que pudéssemos oferecer

algo diferenciado para os clientes. E nós munimos a nossa fábrica à disposição e necessidade do cliente. A necessidade era dele e não nossa. Hoje as coisas estão diferentes. Todos nós nos matamos, oferecemos serviços e mesmo assim temos de achar outras respostas. Eu não tenho, ainda, a resposta de como crescer.

C&P - Que tipo de serviços vocês colocavam à disposição do cliente?

Garcia Amoroso - O cliente tinha problemas de espaço, de estoque, a gente procurava trabalhar com eles e resolver. Temos alguns exemplos

de clientes que precisavam expandir a fábrica e não tinham mais local, o único espaço disponível era o estoque de embalagem. Então armamos um sistema *just in time*, eliminando o estoque, que ficou em cima dos caminhões. Hoje alguns dos nossos concorrentes acompanham este processo, porque foram obrigados a se mexer. Agora vamos ter de ser criativos e bolar outros sistemas. Este já foi copiado, não dá mais.

C&P - Como está a Orsa hoje?

Amoroso - Está totalmente integrada, florestas, produção de celulose, papel reciclado e embalagem. O grupo vem adquirindo algumas empresas que estavam com algum tipo de problema estratégico, mercadológico ou tecnológico. Para adquirir a Sguário, em 90, formamos uma holding entre a Orsa e Penha e compramos 51%. Os japoneses não gostavam muito de papel porque o horizonte é de muito longo prazo e acabei comprando deles a participação da Penha. A.J. Bresler também era uma empresa que estava com sérias dificuldades. Nós compramos, investimos e hoje é uma empresa de porte, que faz papel reciclado, papel miolo e embalagens. É a maior de reciclagem da América do Sul.

C&P - Qual a capacidade instalada ?

Garcia Amoroso - Temos entre Orsa Suzano e J. Bresler 180 mil toneladas/ano/caixas. Na Orsa celulose Kraft 120/mil/toneladas/ano e na Orsa Papéis Recicladados 144 mil/ano. Mais ou menos umas 260 mil toneladas/ano de papel e 180 mil toneladas de embalagem por ano. Vendemos um pouco de papel para terceiros, também exportamos um pouquinho. A máquina de reciclagem da J. Bresler é a maior da América do Sul, com capacidade para 300 mil toneladas/ano. Hoje detemos o quinto lugar no ranking do setor.

C&P - O grupo cresceu rápido. A que você atribui este desempenho?

Garcia Amoroso - Existiram muitas oportunidades neste período de turbulência, inflação alta, planos econômicos. E nós sempre soubemos utilizar o lado positivo, transformar isso numa vantagem competitiva. Se você pega uma estrutura muito pesada, este tipo de coisa atrapalha, mas numa estrutura leve, onde você pode trabalhar com agilidade, isto ajuda. Tivemos também ajuda, como a de Seiji Shiguematsu, da Penha, que foi um grande incentivador. O grupo teve fases. Enquanto era pequeno as decisões eram tomadas quase todas por mim, para dar mais velocidade. Depois que ficou grande, profissionalizamos, as decisões são compartilhadas. Você dá o rumo das empresas, mas as decisões são tomadas em conjunto.

C&P - E com a estabilização da economia, como ficaram as coisas?

Garcia Amoroso - Muito mais difíceis. A competição é muito feroz. A agilidade deixa de ter a importância que tinha. É preciso rezar a cartilha da estabilidade. Você deixa de fazer o seu preço, o mercado é que dita o preço. Junto à estabilidade veio muito investimento, a oferta aumentou demais.

C&P - Como deve ficar o faturamento do setor neste ano?

Garcia Amoroso - Cai mais um pouco. Pode ser que o faturamento seja maior, mas o volume é maior. Eu imagino que vá cair entre 3% e 5%. O segundo semestre é mais forte, mas o governo já está tomando medidas para restringir o consumo.



“Existiram muitas oportunidades nos períodos de turbulência e nós soubemos usar o lado positivo”

C&P - E como surgiu a fundação Orsa?

Garcia Amoroso - Com as procuras da vida, você vem querendo alcançar alguma coisa, você atinge, conquista as coisas que imaginou, muito mais do que imaginou, mas e depois? Vamos fazer mais empresas? Sim, vamos fazer mais empresas. E fica uma mesmice, empresa por empresa e você acaba entrando num processo de materialismo, aquela guerra... Então procuramos algo mais profundo e foi aí que decidimos instituir a Fundação, para trabalhar basicamente com crianças. Ela nasceu em 1994 e com três anos já cuida de mais de seis mil crianças. Colocamos bastante energia na Fundação.

C&P - Como ela funciona?

Garcia Amoroso - Ela funciona com doações das nossas empresas. Determinamos que é 1% do faturamento. Este ano o grupo não vai atingir US\$ 300 milhões, porque caiu o preço, mas aprovamos um orçamento de US\$ 3 milhões. A legislação não permite que a empresa reverta todos estes investimentos sociais em redução de impostos e tributos. Pelos nossos cálculos vamos aproveitar de US\$ 300 a US\$ 500 mil como incentivos. E vale pois é um ideal.

C&P - Quantos projetos são desenvolvidos pela Fundação?

Garcia Amoroso - São quatorze projetos. Nós temos dois próprios de reforço de educação, o primeiro lançado em Campinas e depois em Suzano. Basicamente é para tirar a criança da rua. A rua para a criança é muito gostosa, ela tem liberdade e ganha algum. Para você tirá-la e prendê-la a um projeto, de forma espontânea como a gente faz, é complicado. Damos alguns incentivos, como cesta básica para as famílias não forçá-las a ir para a rua, promovemos esportes, artes.

C&P - Estes projetos têm evoluído?

Amoroso - Tem. No de Campinas acabaram montando uma banda, chamada batelada, que está fazendo muito sucesso. Este é um projeto interessante porque integrou a criança à família. Trabalhamos a criança com o objetivo da família. A criança leva os conceitos de higiene, limpeza para dentro de casa.

C&P - E quanto aos outros projetos?

Garcia Amoroso - Nós temos um de redução de mortalidade em Itapeva, muito interessante, feito à base de voluntariado, médicos, dentistas, educadores. São feitos mutirões no campo, em vários municípios. As prefeituras dão o ônibus, o pessoal é voluntário e nós pagamos toda logística. Já reduziu muito a mortalidade naquela região, chamada de ramal da fome e que tem altos índices de mortalidade infantil. Visitamos a Santa Casa de Itapeva e vimos coisas deprimentes. É uma vergonha que isto aconteça. Eu me sinto um pouco incomodado, eu acho que as elites deveriam fazer um pouco mais.

C&P - Você acha que a elite tem feito pouco?

Garcia Amoroso - Acho que não devia ficar só cobrando do governo. Se todo mundo fizesse um pouquinho seria diferente. A gente vem de um processo de autodefesa individual que é difícil exigir isto. Mas quando você entra numa Fundação enriquece bastante a visão de coletivo.

C&P - Você conhece bem os projetos?

Garcia Amoroso - Sou um dos conselheiros. A presidente é minha esposa, que

se dedica bastante. Uma das nossas premissas para entrar em um projeto é a de que possamos participar, ajudar ou questionar a administração, porque falta muita gestão neste chamado terceiro setor. Faltam algumas idéias que o setor privado pode levar.

C&P - Quais instituições vocês tem participação ou parceria?

Garcia Amoroso - Sou conselheiro da A.A.C.D. desde o ano passado. Também sou suplente da Fundação Banco do Brasil, fazemos algumas coisas juntos. Recentemente me convidaram para ser diretor do Instituto Internacional para o Direito da Criança Brincar. São alguns trabalhos que estão se iniciando no Brasil. Faço parte também do Conselho do Graacc.

C&P - O que é Graacc ?

Garcia Amoroso - Um professor da Escola Paulista de Medicina montou um grupo chamado Graacc (Grupo de Apoio à Criança com Câncer). Alugaram umas casinhas e montaram um pequeno hospital para criança carente com câncer. Tinham um sonho de fazer um hospital e um dia nos apresentaram o projeto. Gostamos da idéia, resolvemos apoiar e, na época, doamos dois andares. O projeto tinha quatro andares, que acabaram virando oito e está em fase de acabamento.

C&P - Onde fica o prédio?

Garcia Amoroso - Em frente a Escola Paulista de Medicina. É um projeto de US\$ 6 milhões. Nós entramos com US\$ 1,3 milhões até agora e ainda está faltando dinheiro. Acredito que será o mais moderno instituto de oncologia da América do Sul.

C&P - A Fundação também trabalha com excepcionais?

Garcia Amoroso - Nós apoiamos uma escola italiana que tem uma obra no Horto Florestal, são os padres Guanelianos, que fazem um trabalho muito bonito com excepcionais. A obra deles aqui estava morrendo porque eles instalaram, viabilizaram o projeto e mantêm por três anos. Depois a comunidade tem de continuar o trabalho. Chegamos justamente na época em que estava minguando e acabaria morrendo.

C&P - Falta participação?



“Poucuramos algo mais profundo e decidimos instituir a Fundação”

Garcia Amoroso - Faltam lideranças e idéias. O projeto Bandeira, de redução de mortalidade infantil, em Itapeva, é o povo que está descobrindo que pode.

C&P - Mas o brasileiro, ao que parece, é uma pessoa que ajuda ...

Garcia Amoroso - Ele é receptivo à ajuda. Nós acreditamos bastante em voluntários. Aliás, é uma das nossas metas criar este tipo de consciência. Se todo mundo imaginasse que é possível começar um trabalho com todas as crianças, daqui a vinte anos o Brasil seria outro. Um de nossos slogans é: sonho que se sonha junto é realidade. Não temos a petulância e nem a pretensão de achar que vamos resolver tudo. Mas se você criar um modelo e começar a ser copiado, vale a pena sonhar.

C&P - Como você descobriu a Fundação com forma de realização?

Garcia Amoroso - Uma pessoa muito espiritualizada, muito evoluída, com uma visão de vida ampla, diferente daquela do dia-a-dia, mas que já não está mais aqui, já morreu, fazia um trabalho com famílias pobres e começou a nos orientar. A partir das orientações dele, os valores começaram a ser trocados. O meio material é apenas um instrumento, ele não é o fim. É um meio de atingir um fim diferente. E de se realizar como ser-humano, ter uma consciência diferenci-

ada do fazer pelo outro, sem interesse.

C&P - Você está sempre bem informado ...

Garcia Amoroso -Eu participo, visito. São muitos projetos, conheço todos. Como minha mulher dirige tudo, toda noite tem bate-papo....

C&P - Você disse que veio de uma família humilde...

Garcia Amoroso -Nossa família é de Birigüi, interior de São Paulo, meu pai era arrendatário de terra e acabei vindo para cá sozinho, aos 19 anos; depois fui trazendo os irmãos.

C&P - Quantos irmãos tem?

Garcia Amoroso - Somos quatro, mas nas empresas tem três. Montamos o negócio e fomos crescendo e quinze anos passamos rápido.

C&P- Você tem quatro filhos?

Garcia Amoroso - Dois moços de 15 anos, uma de 12 anos e a caçula de 4. A primeira nós perdemos, nasceu com cinco meses e meio, viveu um dia e meio. Deus então nos compensou e nos mandou dois. Depois veio a Carolina. A minha mulher começou a querer adotar uma criança. Entre ela e os filhos decidiram que valia a pena e adotamos uma menininha.

C&P- Além da Fundação e das empresas você ainda consegue ter alguns hobbies, futebol, pescaria ?

Garcia Amoroso -Eu costumo dizer que tempo é uma questão de preferência. De um ano para cá consegui equilibrar um pouco. Você começa a entrar num processo é muito desgastante e vai percebendo que dá tempo de fazer tudo se você se organizar. Então eu jogo tênis uma vez por semana, também jogo meu futebol uma vez por semana e de vez em quando vou pescar. Meu hobby mesmo é pescar.

C&P - Onde você pesca?

Garcia Amoroso - No Pantanal.

C&P - Qual o maior peixe que você já pescou?

Garcia Amoroso - O maior peixe que pesquei não consegui tirar, arrastou o barco uns dez quilômetros .

Cuidado no uso do TELEFONE CELULAR

Alterações de humor e outros males provocados por celulares são inquestionáveis, e há necessidade de prevenção.

Márcio Simões

Cinco multinacionais já montaram ou pretendem montar fábricas de telefones celulares no Brasil: Motorola, Ericsson, Philips, Nokia e Qualcomm. Em abril, 15 consórcios, reunindo 53 grandes empresas, se candidataram a participar do leilão da banda B da telefonia celular — conjunto de frequências de rádio, ainda sem uso, que será usado pelas empresas vencedoras para montar sistemas celulares e concorrer com as empresas telefônicas estatais, que trabalham com as frequências da banda A.

O Ministério das Comunicações prevê que, no ano 2000, haverá 17,5 milhões

de telefones celulares no país, entre clientes das bandas A e B (1996 fechou com 2,8 milhões). Em todo o mundo, cientistas, empresários e governos pesquisam até que ponto o telefone celular pode fazer mal à saúde. Uma discussão ampla, no Brasil, ainda está por vir — e enquanto isto, todos devemos nos prevenir.

Catarata é certo

Catarata é a única doença comprovadamente associada ao uso do celular, segundo Paula Scardino, gerente da divisão de medições ambientais da Wandel & Goltermann Instrumentação. O cam-

po eletromagnético emitido pelo telefone celular analógico aquece a cabeça (num processo parecido com o de fornos de microondas), especialmente cérebro, liquor, cristalino e córnea. Uma conversa de seis minutos eleva a temperatura desses órgãos em 1 grau centígrado, limite máximo tolerado por especialistas. Mais tempo, e o aquecimento excessivo pode provocar alterações passageiras de comportamento, além de catarata e alguns problemas cardiovasculares.

Paula persegue, em todo o mundo, textos técnicos e artigos científicos para o grupo de efeitos biológicos da Associação Brasileira de Compatibilidade Eletromagnética (Abricem). Esse grupo reúne engenheiros, médicos, físicos, biólogos e biofísicos, de diversas empresas e instituições. O propósito da Abricem é tentar convencer o governo a atualizar a legislação atual, que sequer estabelece um limite mínimo tolerável de exposição aos campos eletromagnéticos emitidos por equipamentos de telecomunicações e sistemas de transmissão de energia elétrica.



Se os efeitos térmicos de telefones celulares são irrefutáveis, há muita polêmica sobre os “efeitos não-térmicos”, entre os quais alterações permanentes no sistema nervoso, nos vasos sanguíneos, no sistema imunológico (responsável pela defesa do organismo), no metabolismo (processo de transformação dos alimentos em energia) e em fatores hereditários. Até hoje, nenhum estudo científico foi capaz de provar que o campo eletromagnético provoque tais “efeitos não-térmicos”, conforme Álvaro Augusto A. de Salles, do departamento de engenharia elétrica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mas alerta: “É possível afirmar que nunca houve, em toda a história da humanidade, densidade de potência eletromagnética tão elevada sendo absorvida, por tanto tempo, por uma região do corpo humano tão importante — a cabeça.”

Genes em perigo

Um estudo de J. H. Bernhardt, publicado na revista “Physics on Medicine and Biology”, demonstrou que campos eletromagnéticos alteram o fluxo de íons através das membranas de células, alteram a síntese de DNA (ácido desoxiribonucléico, o elemento fundamental dos genes), a transcrição de RNA (ácido ribonucléico, substância-chave para o metabolismo da célula), e a resposta de células normais a substâncias como hormônios e neurotransmissores. O estudo de Bernhardt foi feito em cobaias, assim como a maioria dos outros estudos do gênero — e o que se aplica às cobaias pode não se aplicar ao homem, como todo cientista faz sempre questão de frisar.

Sabe-se que o estágio inicial no desenvolvimento do câncer é marcado por alterações na molécula de DNA das células cancerosas, que as faz se reproduzir desordenadamente. No entanto, nenhum cientista jamais ousou afirmar que o campo eletromagnético de telefones celulares provocasse câncer ou não, como ressaltam todas as pesquisas publicadas



sobre o tema. Diante disso, a única saída é tomar cuidado. “Use pouco o celular”, recomenda Álvaro Augusto, “e mantenha a antena o mais para trás possível, tentando escapar de sua direção de maior irradiação, que é perpendicular à antena.” Os efeitos térmicos do celular não são cumulativos, isto é, usar mil vezes o aparelho por menos de seis minutos é mais saudável que usá-lo uma única vez por meia hora.

Álvaro informa que os telefones celulares analógicos em uso no Brasil aumentam automaticamente a potência de transmissão conforme se afastam da estação controladora de rádio. Geralmente, o nível máximo de potência de transmissão é de 0,6 watt. A um centímetro da antena, “distância típica de operação”, a influência do campo eletromagnético nos tecidos da cabeça é de três vezes o limite máximo sugerido pela norma do IEEE (Instituto de Engenheiros Elétricos e Eletrônicos, um organismo mundial). Isso sem contar alguns modelos de telefones celulares que, diante de obstáculos para a transmissão (como paredes, prédios ou

a lataria do carro), são capazes de transmitir com até 3 watts de potência.

Indústria da dúvida

Todas essas dúvidas em relação aos supostos malefícios provocados por telefones celulares são usadas por algumas empresas como argumentos de vendas. Uma delas é a Marvol USA Corporation, empresa norte-americana cujos donos são os irmãos cariocas Mario e Dayse Wolfzon. A Marvol distribui, em vários países, o RadGap (foto), um dispositivo telescópico de plástico que, colado sobre o alto-falante do celular, aumenta a distância entre a cabeça e a ponta da antena em pelo menos 3,5 centímetros. Isso reduz a intensidade do campo eletromagnético entre 75% e 80%, segundo o fabricante. O RadGap está fundamentado num princípio estabelecido por Carl Friedrich Gauss, físico e matemático alemão (1777 - 1855): sempre que se duplica a distância de um emissor de campo eletromagnético, a potência máxima absorvida pela cabeça (nesse caso) cai para 25% do valor inicial.

“Não acreditamos na fobia do câncer”, diz Dayse. “Mas vendemos um produto para quem quiser se prevenir.” Ela diz que as fábricas de celulares em geral não dão orientação específica sobre a questão da radiação. “A primeira que assumir o risco e bolar alguma forma de proteção vai dar um grande passo à frente”, acredita.

Na verdade, os fabricantes não se omitem. Paula Scardino afirma que todos os manuais de telefones celulares alertam para o problema, e recomendam os cuidados básicos: falar pouco e levantar a antena. “O curioso é que nós, brasileiros, não temos o hábito de ler o manual de instrução antes de usar um aparelho.” Alguns fabricantes já vendem um conjunto que permitiria a qualquer pessoa falar o dia todo ao celular, se quisesse e a ligação não caísse, sem nenhum prejuízo à saúde: microfone de lapela com fones de ouvido. “Desde que o celular não fique preso na cintura”, brinca Paula.

NORMALIZAÇÃO

A essencial produção das regras do jogo

*Já estão vigorando cerca de 200 normas editadas pelo CMN.
Outras 600 estão sendo estudadas e deverão entrar em vigor proximamente.*



Em tempos de mercado globalizado, buscar eficiência e competitividade tornou-se a ordem do dia para qualquer setor produtivo que pretenda se manter atuante e, principalmente, sobreviver em ambiente de economia aberta. Nesse contexto, blocos supranacionais como a União Européia, o Nafta, na América do Norte, e o Mercosul, firmado entre o Brasil e seus vizinhos sulamericanos, cumprem um inegável papel de modernização do cenário econômico internacional. Entretanto, o aumento do número de parceiros comerciais leva a uma constatação de ordem prática: a necessidade de unificar as regras do jogo para todas as partes envolvidas.

No âmbito do Mercosul, este trabalho é realizado pelo Comitê Mercosul de Normalização, que existe formalmente desde outubro de 1996, com sede no

Memorial da América Latina, em São Paulo. Dentro do organograma do bloco sulamericano, o CMN tem a responsabilidade de estabelecer as normas de caráter voluntário para os setores de atividades dos países-membros (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai). Composto por 17 comitês setoriais, divididos por ramo de atividade, cada um deles se incumbem da normalização de sua área de atuação específica e agrega integrantes dos quatro países-membros. "A integração proposta pelo Mercosul inclui, juntamente com os objetivos ideais, a superação de uma série de percalços e dificuldades conseqüentes do próprio desenrolar do processo", afirma Marcello Pilar, consultor da ANFPC (Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose) e secretário executivo do Comitê Setorial de Papel e Celulose, o CSM-12.

Importância estratégica

No total, há cerca de 200 normas, elaboradas pelo Comitê Mercosul de Normalização, já em vigor. Além delas, outras 600 devem ser aprovadas nos próximos anos. Mas ainda é pouco. "Eu diria que um bom pacote normativo teria algo em torno de 10.000 normas, para não criar entraves no comércio", afirma Mário Cortopassi, representante da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), a entidade brasileira de normalização oficialmente reconhecida pelo CMN.

Na avaliação de Cortopassi, além de facilitar o comércio, por meio da harmonização das regras entre os parceiros, a normalização, entretanto, tem outro aspecto ainda pouco compreendido pela maioria do empresariado brasileiro. "A norma é um tema estratégico de importân-

cia fundamental. Está comprovado que, na formação de blocos econômicos, a normalização é colocada como um dos assuntos principais a serem discutidos. Os especialistas nesse campo sabem que a norma deve ser um facilitador do comércio. Porém, isso nem sempre ocorre”, disse.

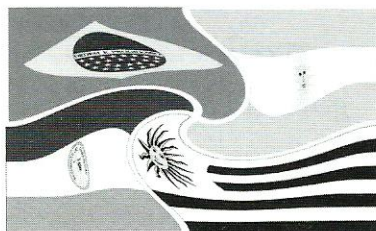
A imposição de barreiras técnicas, por meio de regulamentos, é uma prática proibida pela Organização Mundial do Comércio, entidade formada a partir das rodadas de negociações do GATT, que articularam as condições para a progressiva abertura do comércio mundial. Contudo, as normas e regulamentos têm conceitos distintos entre si. “Normas não se confundem com regulamentos, pois estes procedimentos são impostos por legislação, decretos ou outras formas que regulam obrigatoriamente uma atividade e as ações a ela vinculadas. Um regulamento, por sua vez, poderá em seu texto referir-se a alguma norma, abrangendo o seu uso para cumprir ou acompanhar as exigências que imponha o processo”, explica Marcello Pilar.

“Já as normas envolvem um trabalho voluntário, não-governamental, que interessa aos envolvidos em uma atividade determinada para auxiliar e balizar o seu trabalho cotidiano. Algumas vezes, os reguladores oficiais dos governos poderão solicitar às entidades de normalização reconhecidas no país – os Organismos Nacionais de Normalização — a elaboração de alguma norma específica não existente, que seja necessária para a adequação de um regulamento”, completa Pilar.

Contudo, a queda nas barreiras alfandegárias abriu o caminho, principalmente ao mercado europeu, para se efetuar a normalização de produtos e serviços com especificações que criam dificuldades às exportações de outros países naquele mercado.

Um exemplo desse tipo de entrave é o caso da certificação da série ISO. Embora ela seja amplamente aceita como norma de gestão de sistemas, na prática, há a necessidade de se proceder avaliações de conformidade do produto segundo a norma. Isso significa produzir exames laboratoriais e laudos técnicos para comprovar que o produto em questão segue os parâmetros exigidos. Mas alguns países europeus não reconhecem a certificação fornecida por entidades brasileiras, impondo que ela e os exames laboratoriais sejam feitos em instituições da Europa, indicadas pelo importador.

Segundo Mário Cortopassi, uma das saídas



A norma é um tema estratégico de importância fundamental. Está comprovado que, na formação de blocos econômicos, a normalização é colocada como um dos assuntos principais a serem discutidos. Os especialistas nesse campo sabem que a norma deve ser um facilitador do comércio. Porém, isso nem sempre ocorre.

para este impasse seria a criação de um sistema internacional de reconhecimento da certificação, a exemplo do sistema de produção de normas ISO. Entretanto, a tarefa se dificulta pelo fato de cada país dispor de inúmeras entidades certificadoras. “No Brasil, o fórum de normalização reconhecido pelo governo é a ABNT, o representante oficial do País no fórum internacional da ISO. No caso da certificação, existem várias entidades habilitadas a conceder certificação pelo INMETRO. Da mesma forma, esse processo de criação de grande número de entidades também ocorreu nos Estados Unidos e alguns países europeus”, comenta Cortopassi.

Outra opção, adotada pela ABNT nesta questão, consiste em firmar convênios bilaterais com organismos certificadores de outros países. Com isso, cria-se a reciprocidade no reconhecimento das certificações. Porém, também neste caso a proliferação de entidades certificadoras reduz a eficácia deste tipo de convênio.

Na realidade, embora a criação de normas e a certificação sejam processos voluntários, o reconhecimento da entidade certificadora por um comprador depende muito mais do crédito que o mercado conceda a essa certificadora do que a sua comprovada legitimidade. Se o mercado do destino não a conhece, não pode dar-lhe crédito ou reconhecimento ao seus procedimentos. A norma, por sua vez, tem esse reconhecimento sempre, pois o mercado, como usuário e elaborador da norma, é parte do processo.

Concorrência externa

Embora a norma, em princípio, seja apenas uma balizadora voluntária de relações comerciais, o que não significa, necessariamente, que duas partes interessadas em negociar determinado produto tenha de segui-la, há outras implicações. Um exemplo disso, citado pelo representante da ABNT, ocorreu a partir do boom de importação de têxteis dos chamados Tigres Asiáticos, que virtualmente está provocando o desmantelamento do pólo fabril de Americana, no interior paulista.

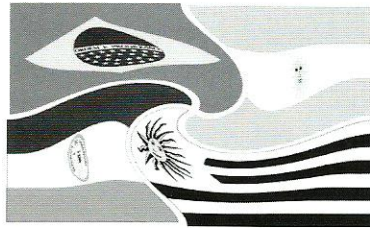
“Tem muita gente que comprou esses produtos têxteis e, depois da lavagem, a camisa encolheu, ficou curta a manga, o colarinho não dava mais para abotoar, a cor se perdeu, desbotou, manchou. Existem especificações normativas para isso? Existem. Talvez se o setor têxtil tivesse usado normas que existem e uma certificação de produto e exigissem, como o se-

tor de brinquedos o está fazendo, que os produtos que entrem no país cumpram essas normas, provavelmente uma boa parte desses itens seriam barrados em nossas fronteiras por não atender ao Código de Defesa do Consumidor, artigo 39 item 8, que diz que é vedado colocar no Brasil produtos em desacordo às normas da ABNT. É tão simples”, observa Cortopassi.

Nesse quadro, a normalização no âmbito do Mercosul ganha importância, realçada pelo fato de que atualmente apenas quatro países integram o bloco, que deve aumentar com efetivação do ingresso do Chile e Bolívia. Nesse sentido, o atual número de parceiros facilita os entendimentos necessários à produção de normas. Isso também significa a possibilidade de se produzir, desde já, um pacote de normas em melhores condições de negociação. Principalmente ao se considerar as tratativas em torno do Alca (Associação de Livre Comércio das Américas), que poderá englobar entre 32 e 34 países.

No que se refere ao Comitê Setorial de Papel e Celulose (CSM-12), criado em novembro de 93, atualmente há 27 textos que constam de seu programa inicial. Destas propostas, seis estão aprovadas e uma delas em fase de projeto. Estes são os primeiros resultados concretos da atuação do comitê. Mas para se chegar a essa fase do trabalho, foi preciso transpor uma barreira linguística e cultural entre as entidades dos quatro países envolvidos. “Agora, falamos a mesma linguagem”, explicou Cristina Dória, coordenadora de Normas Técnicas da ABTCP (Associação Brasileira de Tecnologia de Celulose e Papel), entidade responsável pelos aspectos técnicos do comitê e que atua por meio de convênio com a ANFPC.

As normas Mercosul vão gradativamente substituindo as anteriormente existentes em cada país-membro para o mesmo fim, de forma mais atualizada e uniforme. Isto assegura uma “regra do jogo” igual para todos os participantes, levando em conta a evolução tecnológica de materiais e de processos que vão ocorrendo.



No Brasil, o fórum de normalização reconhecido pelo governo é a ABNT, o representante oficial do País no fórum internacional da ISO. No caso da certificação, existem várias entidades habilitadas a conceder certificação pelo INMETRO

Para Cristina Dória, a fase mais difícil, em que foi criado um canal de comunicação São Paulo-Buenos Aires-Montevideu-Assunção, foi superada. Um dos fatores determinantes desse êxito, segundo ela, se deu pelo trabalho em grupo, embora na maioria das vezes o contato ocorra via telefone e fax. “A tradução também é um ponto delicado. Ela tem de ser feita por pessoas do setor de papel e celulose, caso contrário, pode comprometer o resultado final do trabalho”, disse. Nesse sentido, todas as normas aprovadas pelo comitê são redigidas em duas colunas: em português e espanhol. Com isso, cai a possibilidade da ocorrência de falhas na tradução.

As seis normas elaboradas no CSM-12 e aprovadas no Comitê Mercosul de Normalização já vigoram como Normas Mercosul. Basicamente, elas se referem a métodos de ensaio relativos à produção de celulose e papel e determinação de suas características. A última etapa do trabalho deverá elencar as especificações de produtos, considerando as diferenças tecnológicas entre os quatro países, já que estes aspectos são orientados pelo mercado, pelas técnicas de utilização e podem variar conforme a marca ou o fabricante.

Segundo Cristina Dória, uma das dificuldades atuais da normalização é encontrar profissionais habilitados a atuar nessa área. Notadamente, pelo fato de não existir mecanismos para a formação dessa mão-de-obra, reforçado pela iniciativa privada muito recente na área. “As empresas costumam dar maior valor à norma apenas quando ocorrem problemas. Aí se percebe que deveria haver uma norma específica para aquele caso”, comenta Cristina, química industrial e técnica em celulose e papel.

Mas, por outro lado, a evolução do Mercosul, aliado aos próprios avanços tecnológicos do setor, que implicam em revisões periódicas das normas, dão aos profissionais que se dedicam à normalização uma certeza: a atividade de criar e atualizar normas não tem fim.

ENTIDADES QUE COMPÕEM O COMITÊ SETORIAL MERCOSUL DE PAPEL E CELULOSE (CSM-12)

- ANFPC - Brasil
- AFPC - Argentina
- AFP - Uruguai
- Coma - Paraguai

COMITÊ MERCOSUL DE NORMALIZAÇÃO/COMITÊS SETORIAIS

- CSM1 - Eletricidade
- CSM2 - Siderurgia
- CSM3 - Eletrônica e Telecomunicações
- CSM5 - Cimento e Concreto
- CSM6 - Máquinas e Equipamentos Mecânicos
- CSM7 - Automobilístico
- CSM8 - Pneus, Aros e Válvulas
- CSM9 - Plásticos para a Construção Civil
- CSM11 - Odonto/Médico/Hospitalar
- CSM12 - Papel e Celulose
- CSM13 - Qualidade
- CSM14 - Soldagem
- CSM15 - Móveis
- CSM16 - Gestão Ambiental
- CSM17 - Acessibilidade

ORGANISMOS NACIONAIS DE NORMALIZAÇÃO QUE COMPÕEM O COMITÊ MERCOSUL DE NORMALIZAÇÃO

- Brasil - ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- Argentina - IRAM - Instituto Argentino de Normalización
- Paraguai - INTN - Instituto Nacional de Tecnología y Normalización
- Uruguai - UNIT - Instituto Uruguayo de Normas Técnicas

Encontro promissor

Conferência Internacional do setor discute futuro dos mercados de celulose e papel em nível mundial

O maior evento do setor realizado no Brasil, a Primeira Conferência Internacional em Finanças e Marketing da Indústria de Celulose e Papel realizada em sua primeira versão, em abril, no Rio de Janeiro, deixou claro aos participantes uma ampla visão do futuro dos mercados de celulose e papel, em nível mundial. O encontro, realizado pela ANFPC, Abecel e Paper Cast- Economie Papetiere reuniu 500 participantes, metade deles vindos do exterior.

A globalização do setor, que tem trazido à tona a forte influência dos países emergentes foi amplamente discutida. Sob este aspecto, o presidente da ANFPC, Osmar Elias Zogbi, ressaltou que o “governo brasileiro tem dado indicações de estar atento para as questões de compra de matéria-prima de outras regiões do mundo e revela intenção de tomar medidas que fortaleçam o setor exportador brasileiro, permitindo melhores condições de competitividade e aumento do intercâmbio internacional”.

Produção de celulose

A expectativa quanto a tendência da localização da produção de celulose foi um dos assuntos apresentados por David Pineault, economista da Resource Information Systems (Risi), dos Estados Unidos. Segundo ele, as previsões de importação de celulose para o Extremo Oriente deverão ultrapassar as destinadas à Europa Ocidental, nos próximos 15 anos. Dentre as de maior taxa de crescimento estará a celulose kraft branqueada de fibra curta, devido ao aumento da demanda por papéis brancos e por ampla oferta de pasta de fibra curta, de boa qualidade

a preços favoráveis.

Ele também apontou como fator muito significativo, a mudança da capacidade produtiva do Norte para o Sul, em função dos custos e rentabilidade. “Os fabricantes vêm se beneficiando da tecnologia de última geração para produzir celulose sulina de alta qualidade, a custos consideravelmente mais baixos que os da celulose nórdica”, avalia, projetando que a mudança geográfica da oferta deverá intensificar-se gradativamente nos próximos 15 anos. “A demanda por celulose deverá fugir para regiões produtoras de custos reduzidos”, prevê.

“Os fabricantes vêm se beneficiando da tecnologia de última geração para produzir celulose sulina de alta qualidade, a custos consideravelmente mais baixos que os da celulose nórdica”

Já o estudo apresentado por Karl-Hermann Schmincke, diretor da Divisão de Produtos Florestais da FAO (Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas) avaliou o suprimento de fibras para atender à demanda de celulose, papel e papelão até 2010.

A base do estudo concentra-se na projeção da demanda de matéria-prima e faz uma análise criteriosa da oferta de madeira frente às muitas divergências de relatórios que têm sido apresentados nos últimos anos. “Enquanto algumas consul-

torias falam em escassez de fibras, alguns grupos mostram números otimistas com relação às suas florestas”, explica Schmincke.

De acordo com a FAO, de 1965 a 1994, o consumo total de madeira em toras aumentou a uma taxa de 1,7% ao ano, passando de 2,2 bilhões de metros cúbicos para 3,2 bilhões de metros cúbicos. Até o ano 2.010, prevê o estudo, o consumo deverá ter a taxa de crescimento diminuída para 1,3%.

Considerando-se o crescimento populacional e as mudanças de renda, os países em desenvolvimento, responsáveis por 34% do consumo de papel, evoluirão para 50% até 2.010, enquanto os países desenvolvidos adicionarão mais 4% ao ano à demanda atual, dobrando o consumo destes produtos. As projeções indicam que o consumo mundial de papel e papelão saltará de 266 milhões de toneladas, atualmente, para 396 milhões de toneladas, em 2010.

Cobertura Florestal

Segundo Schmincke a perda da cobertura florestal é mais acentuada em países em desenvolvimento. Fatores como política florestal específica de cada região tem produzido grande impacto quanto à redução das florestas. Em Gana e na Indonésia, por exemplo, mudanças recentes terão impacto sobre o suprimento futuro de fibras. Em Gana, o nível sustentável de produção foi reduzido. O país dispõe atualmente de aproximadamente 780.000 ha de florestas plantadas, o que não será suficiente como fonte de suprimento para a demanda, conforme mostram as tendências para a produção de toras industriais.

Já na Indonésia, um recente balanço dos

recursos florestais do país, prevê uma redução gradual do suprimento de toras industriais procedentes das florestas naturais e semi-naturais. Isto acarretará uma redução de aproximadamente 3 milhões de m³ ao ano, reduzindo o nível total de produção para 22 milhões de m³.

Já a Alemanha, ao contrário das tendências declinantes de suprimento em Gana e Indonésia, se defronta com um excesso de suprimento de fibras, de aproximadamente 22,4 milhões de m³, e uma parcela significativa deste volume vem na forma de desbastes comerciais.

Reciclagem

Dados da FAO também indicam que a recuperação de aparas de papel terá um

“As projeções indicam que o consumo mundial de papel e papelão saltará de 266 milhões de toneladas, atualmente, para 396 milhões de toneladas, em 2010.”

aumento global. Nos próximos 15 anos, as tendências da América Latina apontam níveis de recuperação de fibras ficando estáveis em volta de 32%. A região Ásia Pacífico deverá ter um pequeno aumento na recuperação de aparas e atingirá uma taxa de 40% no ano 2.010.

A América do Norte terá a melhor taxa de recuperação, cerca de 62% (em 1986 era 25%), seguida pela Europa, com 55% (aumentando da base atual de 35%).

Segundo Schmincke, “a tendência crescente é clara, mas não é suficiente como única fonte de suprimento para satisfazer o aumento do nível de consumo de fibras. O volume de fibras provenientes de florestas naturais e semi-naturais provavelmente diminuirá no futuro”. Para contrabalançar o declínio, explica, “temos um aumento no volume de recuperação de aparas de papel recuperado, de fibras não madeira e as provenientes de florestas plantadas. Schmincke finaliza: “Todos os movimentos no suprimento de fibras envolvem uma estruturação da indústria, que agora já está bem encaminhada”.

SEMANA DE CELULOSE E PAPEL

Curitiba sediará, de 26 a 29 de agosto, a 4ª Semana de Celulose e Papel, tendo como temário básico a Otimização do Processo de Manufatura do Papel. O programa inclui, entre outras, palestras sobre a Importância da Informação para a Indústria do Papel, a cargo de Robert G. Patterson, do Institute of Paper Science and Technology, dos EUA; A Simulação Informática dos Processos Papeleiros como Ferramenta Vantajosa para sua Otimização, por José M. De La Cerda, French Pulp and Paper Research Institute da França; A Importância das Fibras Recicladas na Indústria da América do Norte, por Jacques L. Valad, da Universidade de Quebec, Canadá.

O evento tem a organização do Senai-Cetcep e patrocínio da publicação Mari-Papel.

RESÍDUOS

Também em Curitiba, nos dias 4 e 5 de setembro, será realizado o Workshop Sul-

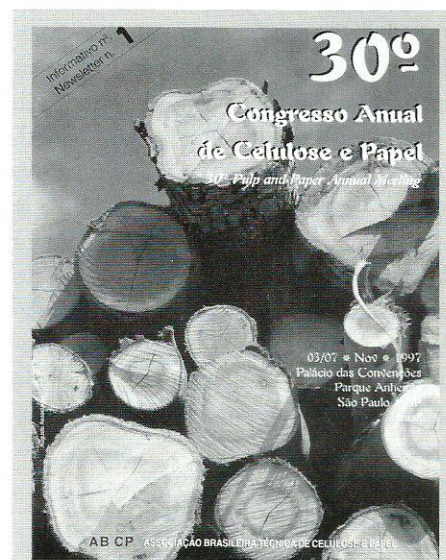
Americano sobre Usos Alternativos de Resíduos de Origem Florestal e Urbana. Informações podem ser obtidas pelo tel./fax (041) 342-7175 e e-mail: maia@florestas.cnpf.embrapa.br.

ESCOLAR'97

Cerca de 400 empresas deverão ocupar 30.000 metros quadrados de área do Pavilhão de Exposições do Anhembi, no período de 15 a 18 de setembro, durante a 11ª edição da Escolar-Feira de Produtos para Escola, Escritório e Papelaria. Neste ano os organizadores pretendem atrair expositores da área do Mercosul e também da Europa.

FLORESTAL MUNDIAL

O XI Congresso Florestal Mundial acontecerá em Antalya, Turquia, de 13 a 22 de outubro próximo. Informações podem ser obtidas através do XI WFC Organizing Committee (Turquia) tel.90-312-417724.



CONGRESSO DA ABTCP

Acontecerá, de 3 a 7 de novembro, o 30º Congresso Anual de Celulose e Papel, promovido pela ABTCP-Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel, um dos mais importantes eventos do setor. Será, como sempre, realizado no Palácio de Convenções do Parque Anhembi. Em maio encerraram-se as inscrições de trabalhos técnicos e a área de exposição estava totalmente vendida.

Silvicultura: vale a pena?

A atividade de base florestal representa 2,2% do PIB, mantém 2 milhões de empregos e gera R\$ 2 bi de impostos/ano.

César Dassie

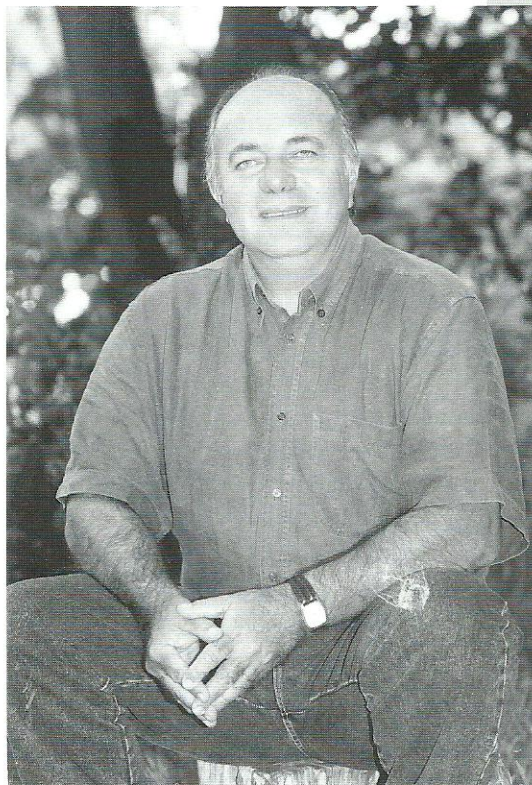
Não faltam conhecimentos técnico/científicos para desenvolver a silvicultura brasileira, mas há ausência de financiamentos adequados para a realidade da atividade. É o que pensa o presidente da Sociedade Brasileira de Silvicultura, Nelson Barboza Leite, que faz um panorama sobre a atual situação do setor.

Não basta desenvolvimento técnico/científico, é preciso investimento apropriado para concretizar os avanços teóricos. Se um fator depende do outro, o que fazer quando apenas o primeiro está desenvolvido e o segundo prometido?

Parece ironia, mas a silvicultura nacional é uma das atividades empresariais que mais exemplifica essa situação. Com pesquisas e estudos de alto nível, o setor se vê desamparado quando o assunto é dinheiro. Sem uma política clara e recursos garantidos pelo governo, a atividade vem se expandindo como pode, com recursos próprios e muita capacidade intelectual. Na opinião do presidente da Sociedade Brasileira de Silvicultura, Nelson Barboza Leite, se nada for feito, o Brasil poderá, em menos de 10 anos, se transformar num país importador de produtos florestais. “Aparentemente, todos têm a sensação de que tudo está certo ou definido. No entanto, é inevitável a criação de um programa que execute financiamentos com prazos e custos compatíveis com as peculiaridades do setor, eliminando a pressão burocrática, que limita o acesso ao pequeno e médio produtor rural.”

Hoje, a atividade de base florestal é responsável por 2,2% do PIB, mantém mais de dois milhões de empregos diretos e indiretos, gera, anualmente, mais de dois bilhões de reais em impostos e beneficia, econômica e socialmente, cerca de 600 municípios. Segundo Leite, aproximadamente 400 milhões de reais ao ano resolveriam o problema financeiro do setor e mais que duplicariam a oferta de madeira industrial para atender a demanda interna, que no ano passado registrou um consumo de 106 milhões de metros cúbicos — em 2010, esse valor deve chegar a 240 milhões. “Do contrário, a vocação florestal do nosso país deixará

de potencializar suas vantagens comparativas, representadas pelo clima, solo, mão-de-obra, tecnologia e produtividade.” Não se trata, de acordo com ele, de esperar que os recursos sejam disponibilizados gratuitamente. “No entanto, deve-se respeitar o longo prazo de maturação dos investimentos.” Nesse sentido, existem mecanismos que podem garantir o sucesso dos empreendimentos. Em experiências anteriores, foram adotadas medidas de seleção e prevenção que diminuam os riscos



Nelson Barboza Leite, presidente da Sociedade Brasileira de Silvicultura.

de novos programas florestais. “Além disso, em todos os congressos, reuniões técnicas, seminários e fóruns nacionais e internacionais, conclui-se que é inevitável a necessidade de proteger e ampliar as áreas florestais. Plantar árvores é, pois, de vital importância para o homem, para a economia, para a manutenção da biodiversidade etc.”

NADA DE BRAÇOS CRUZADOS

Enquanto o governo não deixa as regras às claras, algumas entidades florestais vêm desenvolvendo programas que, ao mesmo tempo, congregam as empresas florestais e alertam para a competitividade internacional. Como uma dessas instituições, a Sociedade Brasileira de Silvicultura, que há 40 anos representa o setor, está sempre acompanhando as tendências nacionais e mundiais. Tem apresentado programas para o desenvolvimento e expansão de base florestal, promove reuniões e workshops entre representantes do poder público e iniciativa privada, sempre sugerindo alternativas para desburocratizar a atividade florestal. Além disso, também participa de fóruns internacionais, como o Painel Intergovernamental de Florestas, que estuda os desmembramentos da Agenda 21; atua junto ao Comitê Técnico 207, que elabora as normas ISO 14.000 de gestão ambiental; e participa de eventos que discutem a sustentabilidade da atividade florestal, fazendo com que as peculiaridades brasileiras sejam respeitadas.

Recente iniciativa da SBS foi o lançamento do LEGIFLOR, um sistema informatizado para consulta aos principais temas da Legislação Florestal Nacional. Na versão 1.0, os disquetes contêm mais de 500 emendas e 180 textos, além da Legislação Florestal Básica do Brasil, das Leis Federais e Estaduais, Portarias do Ibama, Medidas Provisórias, Decretos Federais e demais atos normativos. Possui, também, os principais acordos internacionais relacionados às florestas, dos quais o Brasil é signatário, como a Proposta de Tarapoto, a Organização Mundial de Madeiras Tropicais, a Convenção da Biodiversidade e os capítulos da Agenda 21 relacionados com o tema.

A VALE E O SETOR DE CELULOSE E PAPEL

“No Brasil, as consequências da privatização da Companhia Vale do Rio Doce podem alterar profundamente o panorama do setor. Madeira e produtos florestais são uma unidade de negócios da CVRD, representada por sua participação acionária na Celulose Nipo-Brasileira S.A.-Cenibra, Bahia Sul Celulose S.A., Florestas Rio Doce e Celmar. Estas participações fazem da CVRD, o maior complexo de base florestal do Brasil, possuindo desde a matéria-prima até o produto final e, ainda, a logística do escoamento da produção”. A declaração é do presidente da Cenibra, Luiz Otávio Mota Valadares, defendendo uma fusão da empresa com a Aracruz que viria a ser adquiri-

da pelo Consórcio vencedor do leilão. A idéia é compartilhada por Luiz Kaufmann, presidente da Aracruz que, em recente entrevista à Gazeta Mercantil manifestou interesse nos ativos florestais da Vale do Rio Doce, reunidos na Cenibra e Bahia Sul que juntas acrescentariam mais 1,2 milhão de toneladas por ano à produção de 1.080 milhão da Aracruz. Kaufmann acredita que nos próximos dez anos, as 150 maiores empresas do mundo serão, no máximo, quinze. O “mercado brasileiro -acrescentado é pequeno e disperso o que o torna mais vulnerável”, concordando com Mota Valadares que defende a integração das empresas de celulose como sendo estratégica para o setor.

IGARAS INVESTE US\$100 MILHÕES

Projeto de expansão da Igaras prevê investimentos da ordem de US\$100 milhões em sua fábrica de Otacílio Costa -SC, para ampliação da linha de celulose kraft e cartão kraftliner e também na área de modernização am-

biental daquela unidade.

A substituição de três caldeiras de recuperação de produtos químicos por uma nova caldeira com capacidade para queimar 1,2 mil toneladas/dia de sólidos secos é prioritária no projeto.

BAYER QUER COMPRAR DIVISÃO DA DUPONT

Visando aumentar a suas vendas no exterior, a Agfa Gevaert - do Grupo Bayer AG - assinou uma carta de intenções para comprar as divisões de filmes gráficos e chapas para impressão offset da DuPont. “Caso a compra da

Divisão da DuPont se concretize, a Agfa se tornará a líder mundial nesse setor”, afirma o diretor da Agfa Gevaert do Brasil, Hans Peter Flueckiger. Em 96, as divisões da DuPont venderam aproximadamente US\$ 532,5 milhões.

VENDAS DE PAPELÃO ONDULADO CRESCEM NOS PRIMEIROS QUATRO MESES DO ANO



As vendas de papelão ondulado para embalagem atingiram 501.624 toneladas nos primeiros quatro meses do ano, registrando um crescimento de 9,23% comparado com o mesmo período do ano passado. Este desempenho do setor já era esperado, revela o presidente da Associação Brasileira do Papelão Ondulado (ABPO), Paulo Sérgio Peres (foto), uma vez que os três primeiros meses de 1996 apresentaram um resultado baixo se comparado com o resto do ano. Mesmo assim, é animador. Segundo Peres, a indústria do papelão ondulado deverá crescer entre 6% e 7% este ano, a exemplo do que ocorreu no ano passado. De acordo com o Relatório anual da ABPO, o setor comemorou, em 1996, vendas de 1,475 milhão de

toneladas, marcando um crescimento de 8,9% em relação ao volume negociado em 1995, mesmo assim, as indústrias de papelão ondulado amargaram uma queda de 10,8% no faturamento em comparação com o mesmo período do ano anterior. O motivo foi a queda vertiginosa dos preços do produto.

O relatório também revela outros números interessantes. O consumo per capita de papelão ondulado, por exemplo, evoluiu para 9,4 kg/habitante/ano. Isso reflete diretamente na atividade industrial, uma vez que a embalagem de papelão ondulado é parâmetro confiável da atividade econômica. O relatório também destaca o aumento de 5,5% na oferta de empregos e de 3,2% na produtividade.

SANTHER A TOP MARKETING DE 97

A Fábrica de Papel Santa Terezinha S/A, a Santher, ganhou o Top de Marketing deste ano. O prêmio é oferecido pela Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing (ADV B). A Santher é considerada o 2º maior fabricante no setor de papéis sanitários. Uma das estratégias de marketing foi

eliminar algumas marcas e aperfeiçoar as escolhidas para continuarem em produção. Hoje as marcas fabricadas são: Charme (higiênico de folha dupla), personal (higiênico de folha simples), Santepel (guardanapos de folha simples), Snob (linhas de toalhas) e Kiss (linha de lenços de papel).

GUTEMBERG: SOLUÇÃO 4 EM 1 PARA EDITORAÇÃO

Chegou ao Brasil uma novidade para a editoração. A Infoshop Gutenberg, de São Paulo, trouxe o sensor digital Colotron para medir e captar cores a partir de quase todas

as superfícies, incluindo papel, fotos, transparências e tecidos. O Colotron funciona como espectômetro, colorímetro, calibrador e densitômetro de cores.

INCÊNDIO TRAZ PREJUÍZOS À JARI

Um incêndio que atingiu a fábrica Jari Celulose, localizada em Monte Dourado, na divisa dos estados do Pará e Amapá, está fazendo com que a empresa deixe de produzir 840 toneladas de celulose por dia. O acidente aconteceu no último dia 31, durante a limpeza de um duto de cinzas das caldeiras auxiliares de geração de energia, e suspendeu os trabalhos da unidade. "A Jari gera sua própria energia, por isso só voltará a

operar dentro de quatro a seis meses", informou o diretor-superintendente da empresa, Britaldo Pedrosa Soares. Não houve vítimas e o incêndio foi controlado pela própria equipe de combate ao fogo da fábrica. "Até o final de maio a empresa produziu 120 mil toneladas de celulose", disse Soares. Os prejuízos ainda estão sendo avaliados. A apólice global do seguro prevê cobertura de até R\$ 150 milhões.



RIPASA ECOLÓGICA

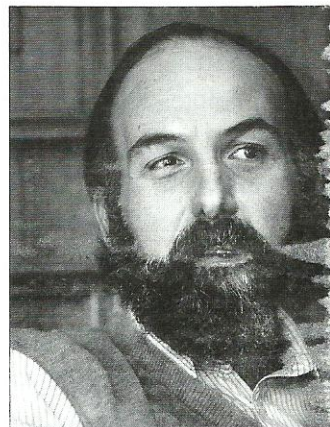
O Prêmio CNI de Ecologia de 1997 foi outorgado à Ripasa S.A. Celulose e Papel pelo trabalho "Um exemplo de ação integrada" que concorreu com outras 70 empresas de todo o Brasil.

A Ripasa concorreu ao Prêmio na categoria Qualidade do Ar e abrange três projetos:

Proteção Ambiental, desenvolvido na unidade de celulose de Limeira; Programa de Educação Ambiental Conhecer para Preservar, criado no parque florestal da Fazenda Fortaleza em Ibaté e Coleta Seletiva de Lixo, uma parceria entre a unidade fabril de Embu e a Prefeitura local.

HONRA AO MÉRITO

O vice-presidente do Meio Ambiente da ANFPC e diretor de tecnologia e ambiente da Riocell, Celso E.B. Foelkel, recebeu no último dia 28, o título de doutor "Honoris Causa" da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).



A sustentabilidade da indústria de celulose e papel no Brasil

Mario Higinio N. M. Leonel (*)

Grças a gestões do embaixador Jorio Dauster, da Missão do Brasil junto à União Européia, o setor brasileiro de Papel e Celulose foi convidado a participar, como membro de uma delegação oficial, de debate construtivo a respeito do programa comunitário do selo ambiental. Embora outros encontros já tenham sido realizados com importantes países produtores, como os Estados Unidos, Canadá e Austrália, a reunião com o Brasil teve a característica de agregar o setor industrial, o que não ocorreu com os outros países.

Dessa forma, tivemos uma excelente oportunidade de apresentar elementos sobre a sustentabilidade da indústria brasileira, incluindo nossa política de reflorestamento, além da infra estrutura social criada pelas empresas na implantação de suas indústrias, através de material preparado por Carlos Roxo e Celso Foelkel.

Nos foi apresentada uma proposta de revisão do sistema Eco-Label, que apresenta avanços positivos, particularmente por ser mais flexível que o 880/92. Aparentemente, trata-se de uma completa reversão da posição da



Comissão, que adota a postura de transparência, facilitando o acesso e a participação de fabricantes não-europeus. Uma nova entidade normativa privada, que será criada, a Organização Européia do Rótulo Ecológico - OERE -, terá a função de estabelecer e reexaminar periodicamente os critérios de atribuição do selo europeu.

A madeira, contudo, tem uma utilização que supera em muito a indústria de papel e celulose, razão pela qual devemos desenvolver uma estra-

tégia diferenciada de divulgação da nossa atividade, particularmente, a respeito das nossas florestas plantadas, que sustentam plenamente a produção brasileira de celulose e papel.

Desse entendimento surgiu a idéia de promovermos, tentativamente, na primeira quinzena de outubro, em Brasília, o workshop "Produção Sustentável de Papel e Celulose no Brasil", que tem em sua organização a participação da Missão Brasileira junto às Comunidades Européias.

O evento, exclusivamente voltado para o tema da sustentabilidade do nosso setor, conta com a chancela do governo brasileiro e será tratado em nível ministerial. Os convidados, em número reduzido, porém de grande expressão nos organismos internacionais que trabalham na questão da certificação e da elaboração de regras sobre selos ecológicos, serão também levados a visitar fábricas de celulose e papel e suas respectivas florestas.

* Mario Higinio N. M. Leonel é diretor executivo da ANFCP - Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose.



**Preocupado em
economizar
e aumentar
a qualidade?
Experimente
manter a tensão
constante.**

O PillowBlock ABB permite a medição contínua e direta da tensão de tiras, qualquer que seja o material: papel, filme plástico ou folha de alumínio. Possibilita manter a tensão da tira constante em todas as condições de operação, inclusive na inicialização e parada.

Isto significa redução de tempos de parada, melhor qualidade e aumento de produtividade.

O coração do PillowBlock é o PRESSDUCTOR tecnologia de medição de força patenteada pela ABB.

A nova geração de células de carga de alta capacidade é fabricada em monoblocos de aço inox por isso são muito mais resistentes a vibrações, sobrecargas, altas temperaturas e protegidas dos efeitos do pó e de ácidos. Para assegurar o sucesso da aplicação e a melhor escolha da célula, o PillowBlock possui sete diferentes tamanhos, disponíveis com proteção anti-ácido e versão para áreas classificadas.

Se o seu objetivo é a contínua melhoria dos processos de fabricação, a ABB pode ajudá-lo muito. Ligue para nós, precisamos conversar.

ABB Atende: 0800-149111

Asea Brown Boveri Ltda.
Av. dos Autonomistas, 1.496
CEP 06020-902
Osasco - SP - Brasil
Tel.: (011) 704-9851
Fax: (011) 705-9535

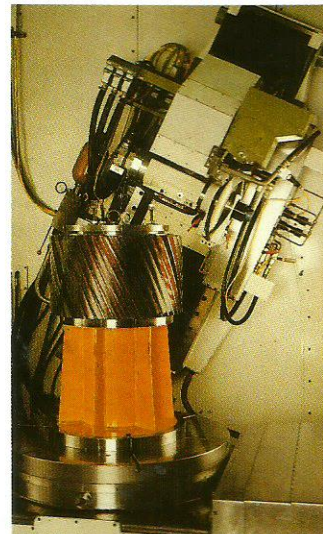
REDUTOR FALK A-PLUS

NOVA LINHA DE REDUTORES FALK DE ENGRENAGENS CEMENTADAS E RETIFICADAS

Quando se trata de qualidade, robustez e confiança, a série A-Plus de redutores é insuperável. Projetados para suportarem as condições mais adversas, os Redutores A-Plus garantem uma redução nas perdas e um consequente aumento na produtividade.

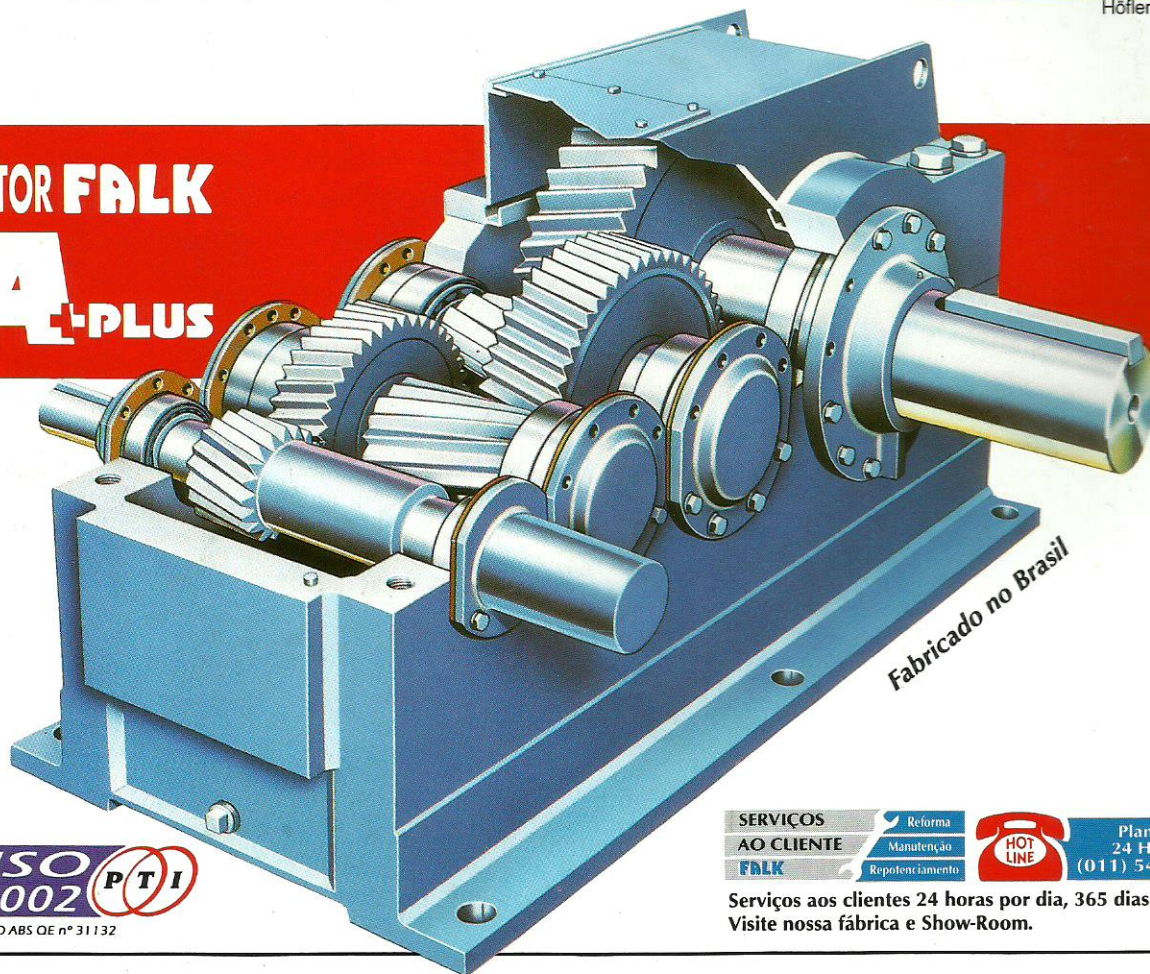
Principais características do projeto:

- Engrenagens cementadas e retificadas
- Sistema exclusivo de vedação "Magnum Seal" (com labirinto)
- Lubrificação garantida por canaletas internas
- Maior capacidade de dissipação térmica
- Manutenção mínima e facilitada
- Maiores potências com altíssimo rendimento
- Vidas de rolamento maiores
- Carcaças em chapas de aço soldadas
- Engrenagens retificadas em máquinas de Controle Numérico Computadorizado (CNC) de última geração (detalhe da foto)



Höfler Machine

REDUTOR FALK
A-PLUS



Fabricado no Brasil



CERT. REGISTRO ABS DE nº 31132

SERVIÇOS AO CLIENTE
FALK

Reforma
Manutenção
Repotenciamento



Plantão 24 Horas
(011) 548-4011

Serviços aos clientes 24 horas por dia, 365 dias por ano. Visite nossa fábrica e Show-Room.



POWER TRANSMISSION INDUSTRIES

POWER TRANSMISSION INDUSTRIES DO BRASIL S/A

Rua José Martins Coelho, 300
CEP 04461-050 • S. Paulo • SP
Tel.: (011) 548-4011
Fax: (011) 246-9439

Avenida Santos Dumont, 1130
CEP 52041-060 • Recife • PE
Tel.: (081) 241-0110
Fax: (081) 427-1148